

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

CARLA FERNANDA DA SILVA

**POPULISMO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1930:
UMA APLICAÇÃO À TEORIA DOS JOGOS**

PORTO ALEGRE
2008

CARLA FERNANDA DA SILVA

**POPULISMO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1930:
UMA APLICAÇÃO À TEORIA DOS JOGOS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Marley Modesto Monteiro

PORTO ALEGRE
2008

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS

S586p

Silva, Carla Fernanda da
Populismo no Brasil na Década de 1930 : uma aplicação à teoria dos
jogos / Carla Fernanda da Silva. – Porto Alegre, 2008.
86 f. : il.

Orientador: Sérgio Marley Modesto Monteiro.

Ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-
Graduação em Economia, Porto Alegre, 2008.

1. Populismo : Brasil. 2. Luta de classes : Trabalhadores : Burguesia
industrial. 3. Industrialização : Brasil. 4. Capitalismo : Brasil. I. Monteiro,
Sérgio Marley Modesto. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em
Economia. III. Título.

CDU 330.342.14

CARLA FERNANDA DA SILVA

**POPULISMO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1930:
UMA APLICAÇÃO À TEORIA DOS JOGOS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 08 de dezembro de 2008.

Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Noguerol
UFRGS

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca
UFRGS

Prof. Dr. Adayr da Silva Ilha
UFSM

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores, colegas e funcionários do PPGE; aos amigos, principalmente aqueles que se preocuparam e ajudaram de alguma forma para que este trabalho chegasse ao final; e à minha família, sem ela nada disso seria possível.

*“Não está ao meu alcance criar uma sociedade ideal.
Contudo, está ao meu alcance descrever o que, na sociedade existente,
não é ideal para nenhuma espécie de existência humana em sociedade.”*

Florestan Fernandes

*“Evite por todos os meios obrigar o povo a refletir,
a reflexão é um trabalho penoso a que o povo não está habituado.
Dê-lhe sempre razão. Prometa-lhe tudo que ele pede e abrace-o quando puder.”*

Plínio Barreto

RESUMO

O processo de expansão e consolidação do capitalismo no Brasil trouxe consigo não a dominação do poder burguês, mas também a emergência de outros setores da sociedade que passavam a ser fonte crescente de pressão. O objetivo geral deste trabalho é analisar o surgimento e a permanência do populismo no processo de consolidação do capitalismo no Brasil na década de 1930. A hipótese de trabalho é de que o populismo apresentou-se como uma solução de equilíbrio para o impasse colocado entre a classe trabalhadora e a burguesia industrial nos anos entre 1930 e 1945. Partindo da literatura pode-se compreender que o populismo apresentou-se como uma solução de equilíbrio ao conflito colocado à época entre a classe trabalhadora e a burguesia industrial, dada a industrialização e a urbanização crescentes. A partir desse resultado da literatura foi possível construir um jogo entre capitalistas e trabalhadores onde se verificou que o populismo corresponde a um equilíbrio de Nash de um jogo estático com movimento estratégico.

Palavras-chaves: Populismo; industrialização; Revolução de 1930; Teoria dos Jogos.

ABSTRACT

The process of expansion and consolidation of the capitalism in Brazil brought within it not only the bourgeois power but also the emergence of other groups in the society as a source of continuous pressure. The general objective of this study is to analyze the up coming and the maintenance of populism in this process on the 1930's decade. The hypothesis is that populism presented itself as an equilibrium solution for the deadlock placed between the labor class and the industrial bourgeois from 1930 to 1945. Departing from the literature it is possible to comprehend populism as an equilibrium solution to this conflict for that period, taking into account the up growing of industrialization and urbanization in Brazil. After establishing this literature result, it is possible to build a strategic game between workers and capitalists, in which it can be verified that populism actually correspond to a Nash equilibrium on a static game with strategic moves.

Key words: Populism; industrialization; 1930's Revolution; Game Theory.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Matriz de <i>payoffs</i> do jogo sem populismo	78
FIGURA 2 - Matriz de <i>payoffs</i> do jogo com populismo	80

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FORMAÇÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL	15
2.1. Discussão acerca da industrialização brasileira: a expansão e suas conseqüências na sociedade.....	15
2.2. A revolução de 1930: mudanças políticas e de constituição do poder	31
3 POPULISMO: REVISÃO DE UM CONCEITO	50
3.1. O populismo sob a ótica conceitual	50
3.2. O populismo em perspectiva histórica.....	58
3.3. O populismo sob a ótica macroeconômica	68
4 APLICAÇÃO: TEORIA DOS JOGOS	72
4.1. Especificação do jogo	74
5 CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIAS	84

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, notadamente mais acelerado a partir de 1930, traz consigo transformações econômicas e sociais que conduzem a democracia brasileira à “incorporação” das massas populares ao processo político. Muda o perfil das cidades, em especial as grandes; muda o perfil da sociedade, em especial a urbana. Por meio da industrialização e da urbanização, o crescimento das cidades atrai, de várias partes do país, imigrantes do campo e do interior, os quais, junto com parte da classe média, aumentam as fileiras do proletariado, alterando as relações de produção e transformando a sociedade através da expansão dos mercados de trabalho e de consumo.

A motivação fundamental para este trabalho veio das interpretações que distinguem 1930 como marco na historiografia política, social e econômica brasileira. Ao observador pouco atento ou mesmo um estudante não muito apegado, as evidências históricas que se apresentaram, que não foram poucas, ao longo dos anos 1930 e os anos que se seguiram, seriam suficientes para acalentar suas angústias. Porém, um olhar detido nesse período pode ajudar a entender a sociedade brasileira em seu formato atual; formato este que veio se figurando ao longo dos tempos, porém sem perder sua característica fundamental: as relações entre as partes na estrutura de poder. Ainda hoje, desde o atrelamento dos sindicatos ao Estado, os trabalhadores têm seus interesses vinculados ao jogo de poder que envolve o governo, dentro de um jogo político que, como em 1930, eles são, em última instância, apenas os apostadores menores: indispensáveis, mas não decisivos.

Assim, o objetivo geral é analisar o surgimento e a permanência do populismo no processo de consolidação do capitalismo no Brasil na década de 1930. A hipótese de trabalho é de que o populismo apresentou-se como uma solução de equilíbrio para o impasse colocado entre a classe trabalhadora e a burguesia industrial nos anos entre 1930 e 1945. A idéia balizadora, neste caso, é de que as circunstâncias históricas dadas naquele momento eram propícias e mesmo levavam ao desfecho encontrado dado que passaram a emergir setores da sociedade almejando tomar seu lugar junto à estrutura de

poder; querendo, mesmo, fazer parte, estar incluso no processo de consolidação e ampliação do capitalismo no Brasil. A solução foi ditada pelo governo, que, ao dar as regras do jogo, estabeleceu o papel de cada ator social na estrutura de poder então vigente.

Fonseca (1999a) destaca algumas mudanças pelas quais passou o Brasil nas primeiras quatro décadas do século XX, como o aumento da população urbana e da classe operária, o crescimento acelerado dos ramos de bens de capital e bens de consumo intermediário na década de 1930 – embora os ramos tradicionais continuassem a representar a maior parte da produção industrial – e o crescimento do produto real passou a depender menos da evolução da produção agrícola e mais da produção industrial. Assim, segundo o autor, é de se observar a profundidade das mudanças, pois parte-se de uma sociedade agrária e agroexportadora para uma sociedade urbana e industrial, bem como os diversos campos que abrangeu – econômico, político, social, tecnológico, ideológico – e sua concentração no tempo, pois, embora com raízes na República Velha, foi a partir de 1930 que as transformações intensificaram-se.

Contudo, há elementos que perduram. Conforme Fonseca (1999a), as mudanças ocorreram sem alteração na estrutura fundiária, as desigualdades regionais persistiram e, até mesmo, aprofundaram-se, persistiu a concentração da renda e da riqueza, e, principalmente, não houve democratização do poder, contrariando o exemplo clássico de revolução “burguesa” ou “social” que ocorreu na Europa quando do desenvolvimento do capitalismo em terras européias; aqui, o desenvolvimento do capitalismo não foi acompanhado de democratização, sendo justamente na esfera política o lugar onde a continuidade é mais evidente. Assim, o conceito-chave utilizado por Fonseca (1999a), que dá conta tanto de tratar metodologicamente ao mesmo tempo as mudanças e continuidades do processo histórico, quanto do geral e do específico do processo de constituição e consolidação do capitalismo no Brasil, é o de Revolução Burguesa de Fernandes (1987). O período compreendido pelo estudo de Fonseca (1999a) vai da República Velha ao final do segundo governo Vargas, em 1954; período este “visto como um momento de introdução, expansão e consolidação do capitalismo, ou seja, de efetivação do poder burguês” (FONSECA, 1999a, p. 26).

O presente trabalho, apesar de voltar em alguns aspectos no tempo e na história, foca seus estudos nos anos 1930 e início dos 1940. O foco neste período justifica-se

pela importância no aprofundamento da Revolução Burguesa e pela consolidação do poder burguês. Todos os avanços ocorridos nos campos econômico, político e social são na direção de fortalecimento do poder burguês. Sob o aspecto econômico, a industrialização crescia a passos largos tanto quantitativa quanto qualitativamente, enquanto a crise no setor cafeeiro enfraquecia cada vez mais a hegemonia da oligarquia do café. Isso afetava a esfera política, alterando a correlação de forças dentro da classe dominante, ao mesmo tempo em que era imposto pelas circunstâncias um novo tratamento a questão operária e a participação dos setores médios urbanos. Assim, segundo Fonseca (1999a, p. 28)

os conflitos políticos, que até 1930 ganhavam a aparência oficial de conflitos entre estados, deslocam-se para outro eixo, tornando-se conflitos de classe, e, como tais, tratados nacionalmente, seja na tentativa de absorvê-los (pela legislação trabalhista e pela representação 'classista' da Constituição de 1934), de abafá-los (como no Estado Novo) ou de mascará-los, administrando-os (como no populismo).

Dentro do marco teórico da Revolução Burguesa, a República Velha pode ser considerada como um período de transição capitalista, onde este modo de produção é dominante e há diferentes formas de capital, como o comercial, o bancário, o ligado às atividades de exportação, o industrial, o estrangeiro. Contudo, não se pode falar nesse período em capitalismo industrial, pois continua sendo na atividade agroexportadora que o nível de renda interno é assegurado. Assim, o primeiro capítulo trata da expansão e consolidação do capitalismo no Brasil. Na primeira parte, a discussão é em torno da questão da industrialização enquanto promotora de mudanças significativas na sociedade, trazendo consigo alterações nas relações de produção e nos mercados de trabalho e de consumo. Na segunda parte, é tratada a Revolução de 30, destacando as mudanças políticas e de constituição do poder a partir desta.

O segundo capítulo apresenta revisão da literatura referente aos conceitos de populismo. Neste capítulo, o conceito é apresentado sob três aspectos: o conceitual, o histórico e o macroeconômico. O populismo sob a ótica conceitual apresenta sua construção dentro das ciências políticas e sociais; sob a perspectiva histórica, elementos e fatos históricos ajudam a entender sua dinâmica e construção; por fim, o populismo

sob a ótica macroeconômica pretende construir tal conceito balizado em variáveis de resultado macroeconômico, como inflação e déficit público.

O terceiro capítulo apresenta uma aplicação usando a teoria dos jogos. O jogo proposto é simultâneo e estático entre capitalistas e trabalhadores, dentro do conflito capital versus trabalho. O jogo utiliza os resultados da literatura e tenta mostrar, através de um equilíbrio de Nash, o papel do populismo na solução deste conflito.

2 FORMAÇÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL

A idéia de formação do capitalismo baseia-se em Fonseca (1999a). A tese do autor é que as medidas adotadas pelo governo Vargas nos anos 1930 e 1940 consolidaram o capitalismo no Brasil, pois tais medidas intensificaram a industrialização. Entender como se deu a expansão da industrialização no Brasil torna-se de imperante para o objetivo que se pretende alcançar nesse estudo, pois foi com a industrialização e por causa dela que os trabalhadores adquiriram importância fundamental no cenário nacional, garantindo, em última instância, a acumulação de capital e a reprodução do modo de produção capitalista. A primeira seção deste capítulo trata do processo de industrialização brasileira, destacando as principais teses.

Além disso, o ano de 1930 marca nova correlação de forças na política nacional, evidenciando o novo contexto. Esse novo contexto teve início com a Revolução de 1930, focada na segunda seção deste capítulo. A ênfase é na investigação de que classes ou setores de classe fizeram parte ou foram representadas pela Revolução, destacando as mudanças e continuidades decorrentes do processo de rearranjo do poder.

2.1. Discussão acerca da industrialização brasileira: a expansão e suas conseqüências na sociedade

Pode-se diferenciar o surgimento da indústria do surgimento do processo de industrialização no Brasil. Assim, vários autores têm opiniões controversas sobre o surgimento do processo de industrialização e sobre o que este significou em seu contexto. Segundo Suzigan (1986), podem-se identificar quatro correntes de pensamento sobre o desenvolvimento industrial brasileiro a partir de uma base agrícola exportadora. A “teoria dos choques adversos” faz parte da ótica cepalina¹ de que a

¹ Referente à CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

industrialização vem como resposta às dificuldades impostas às exportações devido aos choques decorrentes da Primeira Guerra Mundial, da Grande Depressão da década de 1930 e da Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, a ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações estabelece uma relação linear entre a expansão do setor exportador, especialmente café, e a industrialização. Assim, quando havia expansão das exportações, havia crescimento industrial e este era interrompido quando das crises do setor exportador, as guerras e a Grande Depressão da década de 1930. Seguindo aparentemente a mesma linha de raciocínio, a interpretação baseada no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ou “capitalismo tardio”, vê o crescimento industrial brasileiro como parte do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ou seja, a acumulação de capital industrial ocorreu juntamente com a acumulação de capital no setor exportador, especialmente café, nos períodos de expansão das exportações. Contudo, a relação entre o setor exportador e a indústria de transformação não é linear, mas sim contraditória, pois a expansão da economia cafeeira estimulava o crescimento industrial e, ao mesmo tempo, impunha limites a ele; limites estes dados pela subordinação da acumulação do capital industrial à acumulação de capital no setor exportador, sendo esta subordinada à acumulação de capital nos países centrais e a respectiva divisão internacional do trabalho. Por fim, a ótica da industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo tenta mostrar como as políticas governamentais não eram sistematicamente anti-industrialistas, mesmo no período primário-exportador.

Nesta seção apresentar-se-ão as características gerais de cada uma dessas correntes de pensamento no que tange as suas visões sobre o surgimento do processo de industrialização no Brasil. O objetivo é oferecer subsídios que permitam identificar as mudanças ocorridas na sociedade decorrentes do avançar desse processo, notadamente a partir da segunda década do século XX.

A teoria cepalina diferencia o crescimento voltado para fora do crescimento voltado para dentro nas economias primário-exportadoras. No primeiro, o setor exportador é predominante no processo de crescimento da renda interna, com a procura externa sendo o motor do crescimento. Segundo a economia política da Cepal, o “centro de decisão” da economia dos países periféricos encontra-se fora desses, caracterizando-os como economias “reflexas e dependentes”. À medida que as economias periféricas se ajustam, através da industrialização, aos desequilíbrios externos causados pelos choques

adversos decorrentes da Primeira Guerra Mundial, da Grande Depressão da década de 1930 e da Segunda Guerra Mundial, o crescimento passa a ser voltado para dentro. Assim, a variável fonte de dinamismo e crescimento da economia interna deixa de ser a variável exógena “procura externa” e passa a ser a variável endógena “investimento industrial”. Com isso, a industrialização traz mudanças não só no campo econômico, mas também no político e social, pois transfere o centro de decisão para dentro dos países periféricos.

Segundo Suzigan (1986), as interpretações de Furtado e Tavares não são uma aplicação exata dessa teoria cepalina extrema e generalizada, porquanto se aplicam especificamente à década de 1930, distinguindo o desenvolvimento industrial ocorrido antes e depois da crise do café e da Grande Depressão da década de 1930. Antes de 1930, o desenvolvimento/crescimento industrial é induzido pelo crescimento da renda interna resultante da expansão do setor exportador, principalmente café. Já depois de 1930, esse desenvolvimento/crescimento é caracterizado como industrialização substitutiva de importações, estimulada pelo choque da crise de café e da Grande Depressão e pelas políticas econômicas adotadas para combater a crise. O papel do setor exportador muda, pois deixa de ser o principal determinante do crescimento da renda interna, passando a ter papel estratégico no desenvolvimento da indústria de transformação ao criar a capacidade de importar necessária para o investimento em bens de capital essenciais nessa indústria. Contudo, em uma conjuntura de baixa capacidade de importar, isso só foi possível devido à mudança na pauta de importação, decorrente do modelo de industrialização por substituição de importações que reduziu a participação das importações menos essenciais e aumentou a de bens intermediários e de capital. É especificamente esta industrialização substitutiva de importações que Furtado e Tavares caracterizam como uma resposta às perturbações causadas pelos choques adversos da crise do café e da Grande Depressão da década de 1930.

Como reação à prolongada crise dos anos 1930, muitos dos governos latino-americanos adotaram medidas para defender o mercado interno do desequilíbrio externo. Estas medidas consistiam em “restrições e controle de importações, elevação da taxa de câmbio e compra de excedentes ou financiamento de estoques, visando antes defender-se contra o desequilíbrio externo do que estimular a atividade interna” (TAVARES, 1983, p. 33). Essa política manteve em algum grau a renda interna e o processo de industrialização, que então teve início, encontrou aí seu apoio.

Sustentada, de certa forma, a demanda interna preexistente e reduzida a capacidade para importar, segundo Tavares (1983, p. 33),

Estava desfeita a possibilidade de um ajuste *ex ante* entre as estruturas de produção e de demanda interna, através do comércio exterior. O reajuste *ex post* se produziu mediante um acréscimo substancial dos preços relativos das importações, do que resultou um estímulo considerável à produção interna substitutiva.

Ou seja, com renda interna mantida, mesmo que até certo ponto, e baixa capacidade para importar, dada a baixa entrada de divisas por conta da crise que acabou por afetar o setor exportador do país, as estruturas de produção não poderiam adaptar-se a demanda interna através de importações, dada a nova realidade do comércio mundial, ou *ex ante* como denomina a autora; *ex post*, essa adaptação ou reajuste teve o custo de encarecimento dos produtos importados, favorecendo a produção interna. Assim, a ruptura do modelo primário-exportador, marcada pela longa crise dos anos 1930, é seguida pelo surgimento e expansão do modelo de industrialização por substituição de importações.

Da mesma forma, Furtado (1971) afirma que a política de defesa do setor cafeeiro contribuiu para manter a demanda interna e o nível de emprego nos outros setores da economia através do que o autor chama de “multiplicador de desemprego”. Este consiste em um fator pelo qual se multiplica o aumento ou redução dos investimentos ou das exportações a fim de obter o efeito dessa variação sobre a renda, pois reflete a interdependência das distintas partes de uma economia.

Ao manter-se a renda monetária interna em nível relativamente elevado, enquanto baixava a capacidade para importar, os preços relativos dos artigos importados sofreram forte pressão para cima a fim de alcançar o equilíbrio entre oferta e demanda de divisas para pagar as importações. O novo nível de preços relativos estabelecido na economia serviu de base para as decisões dos industriais de reinvestir em determinados setores, desenvolvendo as indústrias substitutivas de importações. Por outro lado, como ressalta Furtado (1971), mais cedo ou mais tarde a recuperação do setor exportador causaria aumento da disponibilidade de divisas, causando pressão para inverter o

movimento da taxa de câmbio, apreciando-a². A melhora no poder de compra externo da moeda nacional tem como contrapartida o aumento da procura de bens importados e conseqüente retração da procura de bens de produção interna. Neste contexto, com um setor voltado ao mercado interno em desenvolvimento, produtores internos e importadores tendem a concorrer por mercados consumidores, pois “as flutuações na taxa cambial comprimiam a procura de um ou de outro setor, mas não determinavam modificações estruturais na oferta” (FURTADO, 1971, p. 203). Assim, as modificações no câmbio, sendo ele flutuante, tinham conseqüências profundas na dinâmica interna da economia.

A política de defesa do preço do café no mercado internacional funcionou através do mecanismo de valorização do câmbio até fins da década de 1920. Contudo, a fragilidade desse sistema estava no fato de que ele ia de encontro aos interesses tanto dos exportadores quanto dos produtores ligados ao mercado interno³. Os primeiros eram prejudicados pela alta do câmbio uma vez que recebiam menos em moeda nacional por dólar de café exportado. Os segundos tinham seus prejuízos ligados ao barateamento relativo dos bens importados, causando perda de mercado para os seus bens.

A partir da crise internacional instalada no fim da década de 1920 e cujo impacto foi sentido profundamente no mercado mundial durante a década de 1930, notadamente nos primeiros anos, tem-se uma nova situação na economia brasileira, qual seja, a predominância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital. Ao mesmo tempo em que se verificava queda dos lucros no setor ligado ao mercado externo, as atividades ligadas ao mercado interno puderam manter, em alguns casos aumentar, sua taxa de rentabilidade devido a manutenção do elevado nível da demanda interna que passava a ser cada vez mais atendida pela produção interna dado o corte necessário às importações.

Furtado (1971) ressalta que a não passividade da economia brasileira, tanto à crise dos anos 1930 quanto aos seus estímulos externos, fez com o Brasil enfrentasse uma depressão muito menos profunda, encontrando forças para recuperar-se já nos primeiros anos da década. A produção de café continuou a expandir-se mesmo depois da crise e os cafeicultores adequaram-se aos planos de defesa do governo dirigidos ao

² Houve pequena valorização externa da moeda brasileira entre 1934 e 1937 (FURTADO, 1971, p. 205).

³ A grande mudança veio com a instrução 70 da SUMOC que introduziu faixas cambiais a partir de 1953.

setor, fatores estes causadores da manutenção da renda monetária do setor exportador. Assim, mesmo sem os recursos externos, devido à crise internacional, o governo optou por continuar a política de defesa do setor cafeeiro via acumulação de estoques, mesmo que isso significasse desequilíbrio na balança de pagamentos, mantendo, com isso, a renda do setor e, segundo o autor,

Esse fato, combinado ao encarecimento brusco das importações (conseqüência da depreciação cambial), à existência de capacidade ociosa em algumas indústrias que trabalhavam para o mercado interno e ao fato de que já existia no país um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, explica a rápida ascensão da produção industrial, que passa a ser o fator dinâmico principal no processo de criação da renda (FURTADO, 1971, p. 202).

Algumas características do modelo de industrialização por substituição de importações são fundamentais para entender sua dinâmica. Conceitos desenvolvidos por Tavares (1983) e particulares à sua tese mostram algumas dessas características. O caráter parcial do modelo diz respeito a pouca irradiação que as mudanças no setor industrial tiveram sobre o setor primário-exportador. Nas palavras da autora, “as transformações da estrutura produtiva circunscreveram-se, praticamente, ao setor industrial e atividades conexas sem modificar de modo sensível a condição do setor primário, inclusive as atividades tradicionais de exportação” (TAVARES, 1983, p. 34). Por ser o modelo parcial, essas mudanças no sistema econômico levaram a duas conseqüências, quais sejam, a preservação de uma base exportadora precária e sem dinamismo, causa do crônico estrangulamento externo⁴, e o surgimento de um novo tipo de economia dual, não mais caracterizado pela divisão social do trabalho entre os setores externo e interno da economia, mas entre os setores industrial e agrário-exportador, numa esfera interna.

O caráter fechado do modelo de industrialização por substituição de importações implica dizer que a dinâmica do processo se dá internamente a cada país, ou seja, “os novos setores dinâmicos aparecem e se expandem no âmbito restrito dos mercados nacionais” (TAVARES, 1983, p. 35). Visto de outra forma, isso significa que a

⁴ Estrangulamento externo é uma conseqüência da perda de dinamismo do setor externo da economia, o setor exportador. Pode ter caráter “absoluto”, quando a capacidade de importar do país está estancada ou declinante, ou “relativo”, quando a capacidade de importar cresce num ritmo inferior ao produto (TAVARES, 1983).

mudança ocorrida internamente na divisão social do trabalho e na alocação dos recursos decorrentes do processo de industrialização não foi acompanhada por uma mudança equivalente na divisão internacional do trabalho.

Assim, a teoria dos choques adversos defendida pela Cepal, mais especificamente, no caso do Brasil, por Tavares e Furtado, relaciona o processo de industrialização em si com a crise no setor exportador. Ou seja, nos momentos em que o setor exportador esteve em crise, a indústria encontrou espaço para crescer e se fortalecer no mercado nacional. O mecanismo parece simples: com o setor exportador em crise, o país obtinha poucas divisas, tornando mais difícil a atividade importadora para suprir a necessidade interna por bens; essa necessidade passou, então, a ser suprida por produção interna substitutiva, aproveitando a capacidade instalada num primeiro momento. No médio e longo prazo, esse processo de substituição teve continuidade pela alteração qualitativa na pauta de importações. O ponto chave nessa análise é a alteração na relação entre os países periféricos e centrais. O estrangulamento externo causado pela crise no setor exportador impõe questões cujas respostas levaram as economias periféricas a tornarem-se tanto quantitativa quanto qualitativamente menos dependentes do setor externo.

Alguns autores discordam dessa visão, colocando os momentos de crise do setor exportador como retardadores do desenvolvimento industrial e, em contrapartida, os momentos de expansão como impulsionadores desse desenvolvimento. Assim, a industrialização por substituição de importações é vista como um processo lento e gradual, originado no seio da economia agroexportadora e em decorrência de seu crescimento e diversificação. A tese da industrialização induzida pelas exportações diz que o contexto gerado pelas exportações de café na economia, como riqueza, capital, mercado e infra-estrutura, criaram condições propícias à industrialização (FONSECA, 2003b).

Dean (1971) faz uma defesa dessa tese a partir do desenvolvimento industrial de São Paulo. Segundo o autor, “o café era a base do crescimento industrial nacional, primeiro que tudo, porque proporcionava o pré-requisito mais elementar de um sistema industrial – a economia monetária” (DEAN, 1971, p. 10). O café, ao transformar-se em produto de comercialização internacional, mudou a dinâmica da lavoura brasileira ao aumentar a circulação de dinheiro. O desenvolvimento da produção de café para

exportação, segundo Dean (1971), trouxe consigo necessidades para o campo supridas por produtos que poderiam ser produzidos nacionalmente.

Dean (1971) atribui ao comércio do café o custeio de grande parte das despesas que foram necessárias para tornar proveitosa a manufatura nacional, além de ser responsável pela geração da demanda para a produção industrial. A construção de estradas de ferro foi realizada por plantadores de café ou por estrangeiros interessados no transporte do café. As primeiras indústrias foram beneficiadas, segundo o autor, não só pela mão-de-obra abundante, imigrante e nativa, advinda do café, mas também pelo quadro de técnicos e contramestres vindos da Europa para trabalhar no café ou treinados nos novos institutos de educação superior de São Paulo. Nas palavras do autor, “considerados em conjunto, globalmente, esses súbitos progressos na região de São Paulo nas décadas de 1880 e 1890 foram, em sentido mais profundo, a causa da industrialização” (DEAN, 1971, p. 15).

Peláez (1972), por sua vez, foca sua tese na crítica a teoria dos choques adversos, destacando a dicotomia entre a economia agroexportadora e a industrialização via substituição de importações uma das grandes falhas da teoria cepalina. Procura mostrar, através de dados dos anos entre 1906 e 1913, que a indústria já representava grande importância antes de 1930 e que o seu crescimento após essa data é desprezível. O autor defende o modelo agroexportador, argumentando ser este modelo equilibrado e sustentável (FONSECA, 2003b). “Com base nas taxas relativas de retorno entre investimentos no setor exportador e nas atividades internas, Peláez conclui que os programas de valorização do café distorcem essas taxas relativas de retorno em favor do setor exportador, atrasando assim o desenvolvimento industrial brasileiro” (SUZIGAN, 1986, p. 29).

Outro ponto rebatido pelo autor é a questão do financiamento da política de defesa do café, pois Peláez (1972) considera que o governo recorria a novos tributos sobre o café e não à criação de crédito. Essa análise implicou concluir que a política de gastos do governo para a defesa do café não foi tão importante para a manutenção da renda nominal, ao contrário do que havia afirmado Celso Furtado.

Assim, das análises cepalina dos choques adversos, que atribuem às dificuldades de importação, em última instância, o desenvolvimento e diversificação da indústria, e

das análises da industrialização como consequência das exportações, ou seja, dos seus períodos de expansão, tem-se que, resumidamente, nos períodos de crise do setor exportador, conforme a teoria dos choques adversos, havia crescimento da produção, e nos períodos de expansão/auge do setor exportador, conforme a teoria da industrialização liderada pelas exportações, havia crescimento da capacidade produtiva. Segundo Versiani & Versiani (1978), não há contradição entre esses períodos de aumento da produção e aumento da capacidade produtiva e que “essa preocupação de identificar ‘surtos’ conduz a uma visão limitada do processo” (p. 123), além disso, essas etapas fazem parte de um mesmo processo de industrialização.

Versiani & Versiani (1978) partem da análise da evolução da indústria têxtil no Brasil para mostrar a alternância de períodos de expansão da capacidade produtiva e períodos de aumento da produção. Assim, os autores destacaram dois pontos com relação a essa alternância, sendo que o primeiro dizia respeito às oscilações da taxa de câmbio e o segundo ao efeito dessas oscilações sobre o comportamento dos importadores. Oscilações na taxa de câmbio marcaram fases relativamente favoráveis e desfavoráveis aos produtores nacionais. Períodos de câmbio apreciado desfavoreciam a produção nacional e facilitavam a importação e seu efeito sobre a indústria nacional era o aumento da capacidade produtiva. Em contrapartida, em períodos de depreciação cambial, havia incentivo à produção interna pelo encarecimento relativo dos produtos importados, encarecendo também a compra de máquinas e equipamentos. O prejuízo aos negócios dos importadores nessas fases era visível e estes passaram a ser recorrentes devido a política de manutenção do preço do café via câmbio. Restou ao importador diversificar seu negócio, passando a investir na produção para o mercado interno.

O grande salto no artigo de Versiani & Versiani (1978), que vai além do revisionismo, é a discussão acerca das tarifas como instrumento do governo para incentivar a indústria nacional. Os autores admitem que a motivação do governo para a imposição de tarifas alfandegárias era a mobilização de receitas, mas destacam sua importância para a indústria, notadamente a proteção tarifária nas primeiras fases de formação da capacidade produtiva. Segundo os autores, havia, já no início do século XX, espaço para pressão de firmas individuais junto ao governo por proteção para produtos ou setores específicos. Os surtos de expansão da produção vieram corroborar essa situação, pois marcaram uma mudança mais que quantitativa no processo de industrialização, não só alterando a composição setorial da indústria, com a diminuição

gradativa dos bens de consumo de massa, como também, e principalmente, aumentando o poder de influência dos industriais.

A intencionalidade da política pró-industrialização na década de 1930 foi estudada por Fonseca (2003a). O autor defende que uma das evidências da política industrializante do governo pós-1930 são as instituições criadas e alteradas durante a década de 1930 pelo governo brasileiro que “evidenciam sua opção industrializante, pois representam mecanismos, regras, arenas e espaços para, dentro do aparelho estatal e sob sua influência, reorientar a economia, definindo nova relação estado/empresariado/mercado/trabalhador” (FONSECA, 2003a, p. 135). Segundo o autor, o interesse do governo era claramente de mudar a pauta de importações de maneira que bens de capital passassem a pesar mais nas importações brasileiras em detrimento de bens de consumo, dando consistência ao processo de industrialização substitutiva de importações. O desenvolvimento, cada vez mais, estava ligado diretamente à industrialização e ambos à ideologia desenvolvimentista.

O objetivo do artigo (FONSECA, 2003a) é aprofundar a discussão sobre a intencionalidade e a consciência do governo quanto às significativas taxas de crescimento alcançadas pela indústria de transformação a partir de 1933. A hipótese é de que a consciência do governo brasileiro na década de 1930 quanto à opção industrializante pode ser demonstrada pelas instituições criadas e alteradas no período. O conceito de instituições utilizado pelo autor é aquele que associa instituições a estruturas, organizações e conjunto de leis, englobando moeda, sistema jurídico, corporações, sistema financeiro e organismos econômicos internacionais, dando ao conceito um caráter de natureza histórica.

A idéia do autor é apontar alguns limites à tese que entende o crescimento da indústria como desdobramento da política de valorização do café e, por conseguinte, de manutenção da renda nacional, ou seja, crescimento este obtido de forma não intencional através das políticas do governo federal. A primeira formulação desta tese pode ser atribuída a Celso Furtado que centra sua análise nas políticas cambial, monetária e fiscal. Para Furtado (1971), o objetivo do governo federal ao executar essas políticas, nas palavras do autor anticíclicas, era resolver o problema de déficit orçamentário e de balanço de pagamentos. Contudo, para Fonseca (2003a) está claro que em Furtado a política econômica não se voltara à manutenção dos preços do café no

mercado internacional apenas por uma questão de finanças públicas, mas também para, explicitamente, defender os interesses da economia cafeeira.

Cabe ressaltar que, durante o primeiro governo Vargas, o crescimento industrial foi tanto quantitativo quanto qualitativo, representando o desenvolvimento não só da indústria de bens de consumo, como também da indústria de bens intermediários, insumos básicos e de capital, o que, segundo Fonseca (1999a), enterrou definitivamente a divisão entre indústrias “naturais” e “artificiais”. Segundo este autor, com o crescimento da industrialização, o papel da agricultura mudou, passando a ser, além de setor importante para garantir o nível interno de renda, via exportações, fornecedor de matérias primas à indústria e de alimentos a crescente população urbana consequência desse processo de industrialização.

Embora divergências quanto à intencionalidade das políticas do governo, Fonseca (2003a) aceita a tese de Furtado de deslocamento do centro dinâmico da economia, que deixa de ser a atividade agro-exportadora para focar-se no mercado interno e na indústria. Ao assumir referida tese como pressuposto de sua hipótese, o autor assume também como significativas as transformações econômicas ocorridas na década de 1930. Isso implica admitir a relevância da discussão em torno do tema da intenção por parte do governo central de fazer cumprir uma agenda industrializante para o país.

Em sua argumentação em defesa da intencionalidade, Fonseca (2003a) foca atenção nas mudanças institucionais ocorridas logo após a tomada do poder pelos grupos que engendraram a Revolução de 1930. Assim, sem discutir se o grupo que formava o empresariado da época fazia ou não parte do novo governo então instalado, o autor destaca a relevância da pressão exercida por este grupo sobre as decisões governamentais. Nas palavras do autor,

Ao se chamar a atenção para a consciência da política governamental em defesa da indústria, não se pode negligenciar que a mesma contou para sua consecução e fortalecimento com o trabalho dos próprios industriais da época, com relativa organização em órgãos associativos, capazes de fazer o governo adotar medidas e, inclusive, voltar atrás em decisões já tomadas (FONSECA, 2003a, p. 140).

Evidência disso é o Decreto nº 19.739, de 7 de março de 1931, impedindo a importação de máquinas e equipamentos para alguns segmentos da indústria, que atendia a pressão dos líderes empresariais, cuja visão era de que a crise de superprodução agravar-se-ia com a instalação de novas unidades fabris. Outro exemplo é a reforma tributária de 1934, que aumentou a tarifa específica agregada em torno de quinze por cento, atendendo a reivindicações de industriais da época, como Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi. Além disso, a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil no ano de 1937 representa a institucionalização de um órgão voltado especificamente à concessão de crédito para expansão da indústria e instalação de novas, marcando a nova relação entre o Estado e o empresário industrial (FONSECA, 2003a).

Além disso, a assinatura do tratado de comércio com os Estados Unidos em 1935, estabelecia vantagens a alguns produtos de exportação brasileiros, como o café, a borracha e o cacau, em troca de reduções de 20 a 60% nos preços de importação de produtos norte-americanos, principalmente produtos industriais como máquinas, aparelhos e aço, demonstrando o interesse explícito do governo em modificar a pauta de importações, seguindo o modelo substitutivo de importações e evidenciando uma nova postura do governo brasileiro (FONSECA, 2003b).

Contudo, segundo Fonseca (2003a), é na área do trabalho que ocorrem as mais significativas mudanças institucionais da época. Nesta área, os órgãos mais relevantes criados são o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930, o Departamento Nacional de Trabalho, em 1933, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942 e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943 (FONSECA, 2003a).

Assim, a política do governo durante a década de 1930 foi de criação de órgãos estatais direcionados a setores específicos da economia, sendo muitos deles diretamente voltados à indústria. Contudo, a partir de 1937 essa política intensifica-se, culminando, no início dos anos 40, com a intervenção direta do governo na produção industrial com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, da Companhia Vale do Rio Doce e da Usina de Volta Redonda.

Por fim, alguns autores associam a industrialização brasileira ao processo de formação do capitalismo no Brasil. A ótica do capitalismo tardio é essencialmente uma revisão da teoria cepalina tradicional, aceitando o paradigma de economia periférica, porém rejeitando o caráter reflexo dessa economia. Além disso, incorpora o conceito de dependência⁵, sugerindo que o desenvolvimento latino-americano, particularmente o brasileiro, tenha tido um desenvolvimento capitalista determinado primeiramente por fatores internos e secundariamente por fatores externos (SUZIGAN, 1986).

Para Mello (1998), é insuficiente admitir que a industrialização latino-americana foi capitalista. A industrialização capitalista na América Latina foi específica “por seu ponto de partida, as economias exportadoras capitalistas nacionais, e por seu momento, o momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial, isto é, em que a economia mundial capitalista já está constituída. É a esta industrialização capitalista que chamamos retardatária” (MELLO, 1998, p. 98).

O capital industrial e a grande indústria encontram condições básicas para o seu nascimento e consolidação na própria economia cafeeira, pois esta, por estar assentada em relações capitalistas de produção, foi capaz de “1) gerar, previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial; 2) transformar a própria força de trabalho em mercadoria; e, finalmente, 3) promover a criação de um mercado de proporções consideráveis” (MELLO, 1998, p. 99). Além disso, segundo o autor, a lucratividade dos projetos industriais encontrou fatores que a favoreceu na queda da taxa salarial – provocada, em última instância pela oferta abundante de força de trabalho –, pelas isenções tarifárias dadas à importação de máquinas e equipamentos – mesmo que prejudicada pelas desvalorizações cambiais – e pela proteção dada à produção industrial interna.

Assim, a origem do capital industrial está no capital cafeeiro empreendido no núcleo produtivo do complexo exportador, ou seja, produção e beneficiamento do café, e no seu segmento urbano, como atividades comerciais, serviços financeiros e de transportes. A burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial e os

⁵ Especialmente o desenvolvido por CARDOSO, Fernando Henrique. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. 143 p.

excedentes de capitais cafeeiros só se converteram em capital industrial porque o setor exportador estava atravessando um período de auge. Nas palavras do autor:

Em suma, o complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou o capital-dinheiro que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias a essa transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho e uma capacidade para importar alimentos, meios de produção e bens de consumo e capitais, o que só foi possível porque se estava atravessando um auge exportador. (MELLO, 1998, p. 101)

As relações que se estabelecem entre o capital cafeeiro e o capital industrial não são unívocas (sic, p. 103), como afirmam outras teses, onde o café ora estimulava, ora bloqueava a indústria. As relações entre café e indústria são contraditórias⁶, onde, ao mesmo tempo em que o capital cafeeiro dá condições de acumulação ao capital industrial, impõe limites a esta acumulação. Assim, o autor estabelece uma relação de interdependência entre o capital cafeeiro e o capital industrial, de forma que, por um lado, o capital cafeeiro possuía uma dependência apenas parcial do setor industrial na medida em que este produz os bens de consumo necessários à reprodução da força de trabalho então empregada no complexo exportador, bem como oferece oportunidades de inversão para parte dos lucros auferidos pela economia cafeeira; por outro lado, o capital industrial depende duplamente do capital cafeeiro para sua reprodução: em primeiro lugar, pela capacidade para importar, gerada pela economia cafeeira, para repor e ampliar sua capacidade produtiva e, em segundo lugar, pelo crescimento industrial estar atrelado ao crescimento dos mercados externos criados pelo complexo cafeeiro; além de sua dependência pelo lado da acumulação devido à ausência de forças internas produtivas capitalistas. Para Mello (1998), isso permite perceber a unidade entre o capital cafeeiro e o industrial.

O autor elege o período que vai de 1888 a 1933 como o momento de nascimento e consolidação do capital industrial no Brasil. A partir de 1933 inicia-se uma nova fase na economia capitalista brasileira, a qual se estende até 1955, e que é caracterizada por um processo de industrialização restringida. Segundo o autor, é industrialização porque a dinâmica da acumulação passa a assentar-se na expansão industrial com um movimento endógeno de acumulação, onde se reproduzem conjuntamente a força de trabalho e o capital industrial; e é restringida por não possuir as bases técnicas e

⁶ No mesmo sentido que é definido por Silva (1976).

financeiras da acumulação para implantar o núcleo fundamental da indústria de bens de produção que autodeterminaria o processo de desenvolvimento industrial, fazendo crescer a capacidade produtiva adiante da demanda.

Apesar de o setor industrial ter se libertado na década de 1930 da dependência, direta e indireta, da economia cafeeira pelo lado da realização dos lucros, a capacidade para importar continuou impondo limite à taxa de acumulação industrial, mesmo que as restrições tenham sido sucessivamente superadas pela contínua diferenciação da indústria leve de bens de produção e da indústria de bens de consumo a custo de um alto grau de proteção a essas indústrias.

Conforme Mello (1998), alguns fatores explicam porque a industrialização persistia nesse caráter restringido. Num contexto de tardio nascimento da indústria pesada, exigia-se “gigantescas economias de escala, maciço volume de investimento inicial e tecnologia altamente sofisticada, praticamente não disponível no mercado internacional, pois que controlada pelas grandes empresas oligopolistas dos países industrializados” (MELLO, 1998, p. 112). Juntava-se a este fato, o alto risco do investimento privado, pois mesmo que o Estado investisse na infra-estrutura necessária, ainda ficariam pendentes questões como obtenção de tecnologia no exterior e financiamento externo. Além disso, o capital industrial dispunha de oportunidades lucrativas com risco comparativamente mais baixo, continuando suas inversões, por exemplo, na indústria de bens de consumo. Essa situação poderia ser contornada com o investimento no Brasil pela grande empresa internacional, contudo, os anos de 1930 até meados de 1940 não foram favoráveis a exportação de capital.

Essas razões explicam porque a implantação do núcleo fundamental da indústria de bens de produção foi “limitada, lenta e a reboque da demanda” e também “esclarecem por que coube ao Estado papel de relevo no alargamento das bases produtivas do capitalismo, quer como empresário na indústria de base, quer promovendo o rompimento dos ‘pontos de estrangulamento’ em energia e transporte” (MELLO, 1998, p. 116).

Silva (1976) analisa o crescimento da indústria do último quartel do século XIX até a crise econômica de 1929, utilizando dados estatísticos de uma pesquisa de 1907 do Centro Industrial do Brasil e do recenseamento organizado pelo governo federal em 1º

de setembro de 1920. Dentro da perspectiva do autor, é importante entender a indústria nascente no Brasil a partir das transformações econômicas e sociais que ocorreram no país no final do século XIX e início do XX, particularmente os estados da região cafeeira: Rio de Janeiro, Minas Gerais e, principalmente, São Paulo. Segundo o autor, desde suas primeiras instalações, a tendência da indústria foi de concentrar-se na região do café.

No centro dessas mudanças econômicas e sociais, ainda no século XIX, tem-se a lenta transição do trabalho escravo ao livre e assalariado e a imigração em massa a partir de 1880, o que precipitou a formação do mercado de trabalho. Assim, “além de suas repercussões diretas sobre o desenvolvimento do comércio, a passagem para o trabalho assalariado é o índice de novas formas de produção” (SILVA, 1976, p. 80). A acumulação de capital continuou ligada à produção de café, contudo, nas últimas duas décadas do século XIX, foi alterada sua base de acumulação, que deixou de ser no trabalho escravo, característica da economia colonial, devido ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a inserção do país na economia mundial capitalista em formação, passando a ser no trabalho assalariado. Segundo o autor, o trabalho assalariado seria como um “índice de transformações”, pois inclui outras transformações ocorridas no período estudado, como as estradas de ferro, os bancos, o comércio de exportação e importação. São essas transformações que fazem da economia cafeeira o centro de uma rápida acumulação de capital, que, por sua vez, é baseada no trabalho assalariado e serve de base ao nascimento da indústria no Brasil.

O cerne da questão do surgimento do processo de industrialização, então, parece ser a análise das relações entre café e indústria, visto que estes setores fazem parte das novas formas de acumulação de capital no Brasil a partir das décadas de 1880 e 1890, sendo essas novas formas de acumulação caracterizadas pelo autor como a ruptura fundamental ocorrida no último quartel do século XIX. A relação café/indústria é contraditória, porém com elementos não opostos. Contraditória, pois a expansão da economia cafeeira estimulava o crescimento industrial e, ao mesmo tempo, impunha limites a ele – limites estes dados pela escassez de recursos na economia – e com elementos não opostos, porque é da acumulação de capital no setor exportador, mais especificamente no café, que nasce a acumulação tipicamente capitalista industrial no Brasil. Assim, a economia cafeeira determina uma nova forma de acumulação de capital e também o modo de inserção do Brasil na economia mundial capitalista (SILVA,

1976). Nesse contexto, segundo o autor, não faz sentido a divisão entre agricultura e indústria, pois, apesar da predominância da agricultura, o período que se inicia nas duas últimas décadas do século XIX está mais ligado ao período posterior de industrialização, por suas características básicas, do que aos períodos anteriores, onde a acumulação se apoiava no trabalho escravo.

Assim, refutando outras teses, Silva (1976) ressalta que a origem da indústria e consolidação do processo de industrialização no Brasil tem base no próprio processo de formação e consolidação do capitalismo no país, subordinado ao capitalismo mundial através da divisão internacional do trabalho. Essa divisão internacional do trabalho, por sua vez, ao mesmo tempo em que estimulou a acumulação de capital, limitou esta acumulação no nível da mudança do modo de produção. A contradição da divisão internacional do trabalho manifesta-se no desequilíbrio externo, que tem contrapartida no aumento da produtividade e da industrialização no país. Com isso, através da constante solução e re colocação do desequilíbrio externo é que o capitalismo brasileiro desenvolve-se e consolida-se.

2.2. A revolução de 1930: mudanças políticas e de constituição do poder

O objetivo desta seção é destacar a importância da Revolução de 1930 no contexto que se criou pós-revolução. Tendo em mente que 1930 é um marco do ponto de vista político, é importante discutir as continuidades e rupturas como conseqüências, diretas e indiretas, de um processo de rearranjo de poder, não só no sentido estrito econômico, como também, e principalmente, no sentido político. Torna-se imperante também nesse sentido colocar em cena as classes ou setores de classes que se fizeram presentes no cerne da Revolução, não só compondo seu núcleo duro, como também apoiando.

Utiliza-se aqui a idéia de mudança e continuidade trazida por Fonseca (1999a). Segundo o autor, quando se trata da mudança e da continuidade ao mesmo tempo, “há a possibilidade de se entender a História como um processo que, embora contraditório e

conflituoso, possui uma unidade”, não havendo nenhum elemento externo ou exógeno, ou seja, as contradições devem ser consideradas como emergindo de dentro do próprio processo (FONSECA, 1999a, p. 19). Para o autor é importante ter claro a profundidade das mudanças – parte-se de uma sociedade agrária e agroexportadora para uma sociedade urbana e industrial – bem como os diversos campos que abrangeu – econômico, político, social, tecnológico, ideológico – e sua concentração no tempo – foi a partir de 1930 que as transformações intensificaram-se – sem perder de vista suas continuidades, das quais a mais evidente está na instância política, qual seja, a não democratização do poder acompanhando o desenvolvimento do capitalismo, o que dá a particularidade da Revolução Burguesa brasileira, segundo o conceito desenvolvido por Fernandes (1987) e utilizado por Fonseca (1999a).

Conforme Fernandes (1987, p. 203), “Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial”. Assim, o contexto em que se viu o Brasil no fim do Império e início da República é de transição que introduzia uma “recomposição das estruturas de poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa”, ainda sob a hegemonia da oligarquia cafeeira, marcando, assim, o “início da modernidade” e separando a “era senhorial” – antigo regime – da “era burguesa” – sociedade de classes (FERNANDES, 1987, p. 203-204).

Com o surgimento do regime de classes, a evolução da dominação burguesa passa, segundo Fernandes (1987), por duas diferenciações concomitantes. Uma diz respeito ao progressivo aparecimento de uma efetiva oposição dentro da ordem, exercida a partir de cima, nascida da pulverização dos interesses das classes dominantes entre categorias da grande burguesia e os setores médios, convertidos numa crescente fonte de pressão. Outra refere-se à emergência de uma oposição contra a ordem, exercida de baixo para cima. À primeira, as elites brasileiras acomodaram-se rapidamente, afinal tratava-se de uma divergência interna nascida de uma “pressão natural para ajustar a dominação burguesa a seus novos quadros reais”. Porém, com relação à segunda, a reação foi diversa. Esta foi encarada como um “desafio insuportável”. “Para impedir que as massas populares conquistassem, de fato, um espaço político próprio, ‘dentro da ordem’”, todas as “reservas de opressão e de repressão de uma sociedade de classes em formação foram mobilizadas”; “indo do

mandonismo, do paternalismo e do ritualismo eleitoral à manipulação dos movimentos políticos populares pelos demagogos conservadores ou oportunistas e pelo condicionamento estatal do sindicalismo” (FERNANDES, 1987, 208).

Nesse contexto, segundo Fernandes (1987), a crise do poder oligárquico é apenas aparente. Para o autor, ela não passa de uma adaptação, uma re-alocação dessa oligarquia numa nova composição de poder, deslocando-o da oligarquia “tradicional”, agrária, para a oligarquia “moderna”, dos altos negócios comerciais, financeiros e industriais, de tal forma que torna os interesses oligárquicos menos aparentes e mais flexíveis. Assim, tem-se claro que na visão de Fernandes (1987) a oligarquia converteu-se no eixo em torno do qual se tecia a transição para o “Brasil moderno”. Nas palavras do autor, “a oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária, e encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível” (p. 204).

O ponto essencial parece antes ser a combinação do que a contradição entre as “duas” oligarquias, a tradicional, “velha”, e a moderna, “nova”. Esse concerto possibilitou que se preservassem as fontes de acumulação de capital pré-capitalista sem prejudicar o modelo de acumulação propriamente capitalista. A salvaguarda do primeiro fazia-se conveniente visto que dinamizava o esquema neocolonial de exportação-importação e que servia de lastro ao crescimento interno do capitalismo competitivo. Com relação ao segundo, seu desenvolvimento era importante, pois foi justamente a acumulação capitalista que permitiu a revolução urbano-comercial e a transição concomitante para o industrialismo. A oligarquia garantiu, assim, uma passagem tranqüila do “mundo pré-capitalista para o mundo capitalista, prevenindo a ‘desordem da economia’, a ‘dissolução da propriedade’ ou o ‘desgoverno da sociedade’”, e definiu, ao mesmo tempo, o inimigo comum a ser ora combatido ora acalentado, tanto no passado quanto naquele momento: o escravo e o assalariado do campo e da cidade (FERNANDES, 1987, p. 210).

Esse atrelamento da oligarquia com o dinamismo da sociedade – sua transformação, inclusive econômica – e, de certa forma e até certo ponto, com o poder, deu a ela, segundo Fernandes (1987, p. 209), a competência de determinar a “consolidação conservadora da dominação burguesa no Brasil”. Assim,

Poderíamos dizer que se constitui uma *nova aristocracia* e que foi a oligarquia (‘antiga’ ou ‘moderna’) – e não as classes médias ou os industriais – que decidiu, na realidade, o que deveria ser a dominação burguesa, senão idealmente, pelo menos na prática. Ela comboiou os demais setores das classes dominantes, selecionando a luta de classes e a repressão do proletariado como o eixo da Revolução Burguesa no Brasil.

Ou seja, “cedendo terreno ao radicalismo dos setores intermediários e à insatisfação dos círculos industriais”, ela ditou na prática a solução dos conflitos em longo prazo, pois assim como preservou seus interesses tradicionais e modernos, também transferiu para os demais parceiros, burguesia e proletariado, o seu modo de ver e de praticar tanto as regras quanto o estilo do jogo.

Da análise de Fernandes (1987), depreende-se que o processo pelo qual se deu a dominação burguesa no Brasil, pela reestruturação do poder, é modernizador, na medida em que incluiu novos setores da sociedade, e é conservador, pois manteve muitos dos quadros tradicionais do Estado Oligárquico. Contudo, não se deve esquecer que a inclusão deu-se sob as duas regras. Este processo, de unidade e contradição, se torna aparente após a Revolução de 1930. Para compreendê-la, no entanto, faz-se necessária a análise prévia da plataforma da Aliança Liberal, encabeçada por Getúlio Vargas.

Fonseca (1999a) analisa alguns aspectos da plataforma da Aliança Liberal com base nos discursos e nas correspondências de Getúlio Vargas. O autor destaca que o discurso da plataforma enfatiza a participação popular e a necessidade de ruptura. Contudo, ao analisar os discursos dos anos imediatamente anteriores às eleições de 1930, ou seja, 1928 e 1929, os anos de germinação e formação da Aliança Liberal, o autor pôde constatar que o “povo” – leia-se segmentos médios urbanos e trabalhadores urbanos e rurais – não participou na elaboração de qualquer programa, nem mesmo seus órgãos associativos tiveram algum espaço, embora a “popularidade” da Aliança tivesse crescido quanto mais próximo se chegava das eleições de março de 1930; mesmo a noção de ruptura deve ser relativizada, pois, visto que não há participação popular, de que ruptura estavam falando, que classes sociais participariam do processo e dele se beneficiariam? Ou seja, a ruptura pretendida tinha limite imposto nos seus próprios agentes. Assim, para Fonseca (1999a) a Aliança Liberal não foi o resultado do encontro de novos grupos de pressão que não encontravam espaço nas arenas políticas da época;

muito embora se apresentasse como candidatura de oposição, representava, no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, a candidatura do situacionismo.

O setor primário ocupava o centro das preocupações da Aliança. O açúcar, o algodão, a erva-mate, o trigo e, sobretudo e primeiramente, o café. A ênfase dada ao tratamento do café devia-se a este ser ainda o principal produto de exportação brasileiro e o ponto de vista sobre o qual a plataforma da Aliança estava alicerçada era o parecer do conselheiro Antonio Prado, de 1921, que condenava a política de manutenção de preços, propondo como alternativa a diminuição dos custos de produção. Assim, ao invés de medidas de mercado, como as utilizadas até então, a Aliança propunha modificações do âmbito da produção, como diminuição de impostos, melhoria no sistema de transportes e redução dos intermediários comerciais. Segundo Fonseca (1999a), fica, assim, clara por parte da Aliança a posição de executar uma política de apoio ao setor cafeeiro. Além disso, era clara também a intenção de diminuir a intervenção do Estado na defesa do café, o que não foi confundido com um futuro descaso das autoridades com aquela produção e, ainda pelo contrário, foi visto com bons olhos pelos cafeicultores. Atendiam-se, com isso, ao menos em parte, os interesses dos cafeicultores e membros do Partido Democrático de São Paulo, que fizeram parte e apoiaram a Aliança Liberal naquele Estado.

Se por um lado o setor agrário foi tratado com primazia, o mesmo não se pode dizer do setor industrial. Além de não ter merecido um tópico específico, como o café e a pecuária, a indústria foi tratada pela Aliança em sua plataforma como servindo a outros ramos, como a segurança nacional. Havia interesse dos setores ligados ao exército, por exemplo, que a economia se industrializasse. A distinção entre indústrias artificiais e naturais, e a defesa destas últimas, aí aparecem como uma forma de atrelar os interesses da burguesia industrial aos dos setores agrários, numa complementaridade de interesses, pois significava o beneficiamento de produtos agrícolas nacionais. A defesa das indústrias naturais tinha respaldo no argumento do aumento do custo de vida, atribuído à indústria nacional, ou melhor, à indústria artificial nacional, que utilizava em sua produção matéria-prima importada. Contudo, como destacado por Fonseca (1999a), em outro trecho da plataforma, apesar de criticar as indústrias artificiais, a Aliança acenou para uma mudança qualitativa da industrialização, qual seja, a necessidade da produção industrial chegar aos bens de capital, o que demonstra o início da superação da dicotomia entre indústrias naturais e artificiais.

Contudo, não era o fim da indústria e da industrialização⁷. Embora não atendidas as reivindicações imediatas da burguesia industrial, como a proteção alfandegária, a plataforma da Aliança incluía pontos que a beneficiariam enquanto classe no longo prazo, como os tratamentos dados tanto à questão social quanto à educação profissionalizante. A idéia central da questão social era a proteção ao trabalhador, o que beneficiava o sistema produtivo como um todo, e o sistema educacional deveria passar por uma reforma que introduziria o ensino técnico-profissionalizante, preparando mão-de-obra especializada tanto para a produção quanto para a administração, reduzindo ou mesmo extinguindo o custo com treinamento e especialização por parte dos industriais, transferindo este custo para o Estado. Assim, o fato que Fonseca (1999a) destaca na plataforma não é a ênfase dada a certos pontos, mas sim a presença ou menção a uma e outra questão, como a necessidade de diversificação da produção primária e das exportações, numa tentativa de voltar a economia para outros produtos além do café. Nas palavras do autor, “não se tratava fundamentalmente da polaridade entre produção para mercado interno ou para exportação, mas entre exclusivismo cafeeiro e outras atividades agrícolas” (FONSECA, 1999a, p. 126).

Com relação às classes que estiveram presentes na Aliança Liberal, cabem duas observações. Sobre os industriais, estes não foram excluídos da Aliança pela mesma razão que não foram da chapa da candidatura oficial, ou seja, porque faziam parte dos partidos situacionistas estaduais durante a República Velha – dos Partidos Republicanos do Rio Grande do Sul e de São Paulo, PRR e PRP. Em contrapartida, se há uma classe hegemônica na Aliança, esta é a burguesia agrária, incluindo suas diversas frações ou setores, como os “cafeicultores dissidentes que criticavam o monopólio político do PRP, os plantadores de café ou de outros produtos de exportação, os produtores para o mercado interno, como os pecuaristas e agricultores do Rio Grande do Sul”; cada setor tinha sua oposição ao governo federal e a Aliança vinha no sentido de convergir essas

⁷ A intencionalidade da política pró-industrialização na década de 1930 foi estudada por Fonseca (2003a). O autor defende que uma das evidências da política industrializante do governo pós-1930 são as instituições criadas e alteradas durante a década de 1930 pelo governo brasileiro que “evidenciam sua opção industrializante, pois representam mecanismos, regras, arenas e espaços para, dentro do aparelho estatal e sob sua influência, reorientar a economia, definindo nova relação estado/empresariado/mercado/trabalhador” (FONSECA, 2003a, p. 135). Segundo o autor, o interesse do governo era claramente de mudar a pauta de importações de maneira que bens de capital passassem a pesar mais nas importações brasileiras em detrimento de bens de consumo, dando consistência ao processo de substituição de importações. O desenvolvimento, cada vez mais, estava ligado diretamente à industrialização e ambos à ideologia desenvolvimentista.

oposições, abrangendo ainda os trabalhadores e os segmentos médios urbanos (FONSECA, 1999a, p. 126). Assim,

Tratava-se, portanto, de um programa burguês em toda a acepção da palavra, seja com relação ao capital, procurando acomodar suas diversas frações dentro de determinada circunstância histórica e com base em certa correlação de forças políticas, seja com relação ao trabalho, buscando sua adaptação e submissão ao capital (FONSECA, 1999a, p. 127).

O período que entremeia as eleições de março e a Revolução de outubro é bastante conturbado e rico em acontecimentos; também é um período de articulações e hesitações na política nacional e nas regionais, tendo em vista as movimentações pró e contra a revolução. Segundo Fonseca (1999a), a importância principal desse intervalo está justamente no diferenciamento das forças que constituíram a Aliança daquelas que levaram adiante o movimento armado. Internamente a Aliança viu-se dividida entre aqueles que aceitavam e os que não aceitavam os resultados divulgados das eleições. As denúncias das fraudes eram feitas pelos políticos da Aliança em tom que acirrava cada vez mais a oposição ao governo e, ao mesmo tempo, evidenciava que o pacto político das elites da Primeira República agonizava, ou seja, o resultado das eleições demonstrou a impossibilidade de manter a “política dos governadores”, uma vez que as forças políticas nos estados não eram mais representadas por aqueles.

No Rio Grande do Sul, o PRR dividiu-se. De um lado, os políticos mais antigos, liderados por Borges de Medeiros, seguindo sua posição ideológica de respeito às leis, posicionaram-se contrários a qualquer movimento revolucionário. Essa posição afastou ainda mais Borges da maioria dos políticos do PRR, marcando o início do seu isolamento político. De outro lado, estavam os republicanos mais jovens, como Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor e João Neves da Fontoura, que pressionavam Vargas a posicionar-se pela revolução; João Neves, inclusive, do Rio de Janeiro, chegou a mencionar, por cartas, o ambiente propício do centro do país à revolução. Já o Partido Libertador, que encabeçava a oposição no Rio Grande do Sul, não encontrou divisão interna e sua posição foi pela tomada do poder pelas armas. Da mesma forma, a

comissão executiva do Partido Republicano Mineiro decidiu por unanimidade, em maio de 1930, apoiar a participação de Minas Gerais no movimento armado⁸.

Assim, a composição de forças que foi se articulando até chegar a Revolução de outubro foi se distanciando cada vez mais das forças articuladoras da Aliança Liberal, pois à medida que os políticos tradicionais não apoiavam ou omitiam-se com relação ao movimento armado, este aproximava-se mais dos militares, especialmente dos tenentes, tendo importância fundamental no episódio revolucionário, na posse do governo e em seus primeiros anos (FONSECA, 1999a). Na efetivação do levante, da mesma forma que na elaboração da plataforma da Aliança, a participação popular era muito mais um aval do que uma pedra basilar; não fazia parte fundamental de sua força política. Vargas atribui o afastamento do “povo” em relação à revolução ao seu comodismo, à sua inércia; Fonseca (1999a, p. 132), por outro lado, ressalta que “acomodação serve mais para caracterizar o processo levado a efeito pelas classes dirigentes naquele momento, de ‘mudança conservadora’”.

Assim, a Revolução de 1930 trouxe à tona atores – pode-se dizer os mesmo atores, com algumas ressalvas – que se relacionavam de forma diversa daquela que se podia ver na República Velha. O cenário especial que se montou de forma mais ou menos desarticulada para a revolução na década de 1920 pode evidenciar a tonicidade dos acontecimentos do fim daquela década e, por extensão, da década seguinte. Isso diz respeito, principalmente, à perda de poder relativa que sofre o setor cafeeiro, econômico e politicamente, durante esse período. A situação particular em que o setor cafeeiro se viu envolvido durante a República Velha, deva-lhe um caráter, ao mesmo tempo, dominante, do ponto de vista interno, e dependente, do ponto de vista externo. A política de defesa do café colocou o setor exportador nacional nas mãos dos grupos financeiros internacionais na medida em que era cada vez mais necessário recorrer ao capital externo para financiar a compra e estoque do café produzido em excesso e que causaria queda do preço do mesmo no mercado mundial. Esse mecanismo tornou a burguesia do café especialmente vulnerável às crises internacionais, pois o nível de renda do setor cafeeiro dependia dos preços alcançados no mercado mundial e esses só

⁸ Este ato do PRM pode ser visto como uma reação aos atos do governo Washington Luís, que, após a vitória governista nas eleições de 1930 e valendo-se da maioria que conquistara no Congresso, substituiu 14 dos 37 deputados, todos eleitos por Minas, por outros que apoiavam Júlio Prestes, além de retirar deste estado a presidência de várias comissões e realizar inúmeras sanções econômicas (FONSECA, 1999a).

eram mantidos através de recursos vindos do exterior, que desapareceriam diante de uma crise.

Contudo, apesar da fragilidade externa, a burguesia cafeeira impôs no país sua hegemonia social e política durante, pelo menos, as três primeiras décadas do século XX. Nas palavras de Fausto (1974, p. 230)

Não se formou no interior da classe dominante, até os fins da década de 20, nenhum grupo que apresentasse uma opção viável, em oposição aos seus interesses. Todos os presidentes da República, não só paulistas e mineiros, como os que não foram apoiados por São Paulo (Hermes da Fonseca, por exemplo), nunca pretenderam alterar a característica básica da vida republicana, atendendo, com primazia, o setor do café.

Assim, no livro “A Revolução de 1930: historiografia e história”, cuja primeira edição data de 1970, Fausto (1986) elege o episódio revolucionário de 1930 como elemento para avaliar a validade dos modelos teóricos até então consagrados de interpretação da República Velha. Esses modelos apresentam uma dicotomia da sociedade brasileira em dois setores, sendo um pré-capitalista, representado pelo campo e seu latifúndio, e um capitalista, representado pela cidade e sua burguesia industrial. Nas palavras do autor

No interior do pensamento de esquerda, tem raízes profundas, hoje bastante abaladas, a caracterização da sociedade brasileira supondo-se a existência de dois setores básicos: o pré-capitalista, localizado no campo, onde predominariam relações de tipo feudal ou semifeudal, cuja expressão típica seria o latifúndio; o capitalista e urbano, que teria dado origem à formação de uma burguesia industrial nos grandes centros (FAUSTO, 1986, p. 12).

O esquema explicativo proposto por Fausto (1986) sobre a Primeira República afirma-se, de modo geral, na negativa das hipóteses do modelo acima descrito. Segundo o autor, não havia antagonismos entre o setor agrário-exportador e a burguesia voltada ao mercado interno, bem como, seria impossível reduzir uma instituição como o Exército às classes médias⁹. Além disso, a noção de associação do setor agrário-

⁹ “Nesta discussão, o conceito é empregado como sinônimo de ‘classes médias urbanas’, pois é inviável falar de um comportamento político significativo dos setores intermediários do campo, na crise da Primeira República e mesmo em anos posteriores, dada a indiferenciação de tais setores, como classe, no Brasil”. O conceito de classe média é sinônimo, para o autor, de “população civil urbana, que trabalha por

exportador ao imperialismo deveria ser relativizada. A análise centrou-se na discussão e comprovação de, essencialmente, duas hipóteses: uma, de que o conflito entre setor agrário-exportador e burguesia nacional é apenas aparente, não sendo, por isso, refletido no episódio revolucionário e, outra, de que os movimentos militares da década de 1920, notadamente o tenentismo, não podem ser reduzidos a uma representação dos interesses da classe média. Em suma, o autor discute, essencialmente, o papel e o apoio de duas classes ou frações de classes frente à Revolução de 1930: a burguesia industrial e a classe média/tenentismo.

Poder-se-ia dizer que a Revolução de 1930 expressou a ascensão da burguesia industrial à dominação política através da sua participação direta no episódio revolucionário? Essa é a primeira hipótese questionada por Fausto (1986). Como desfecho de uma longa hegemonia do setor cafeeiro ou como desfecho das eleições de março de 1930, a Revolução contou com apoios que não necessariamente eram os mesmo das eleições ou mesmo não se pode dizer que contou com o apoio daqueles que eram contra o setor cafeeiro, corroborando a visão de Fonseca (1999a) apresentada anteriormente.

A Aliança Liberal apareceu nas eleições de 1930 refletindo a política da época, sob a forma de disputas regionais, como um acordo entre os governos estaduais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, ou seja, um acordo entre as oligarquias que controlavam o poder regional, por meio da candidatura de Getúlio Vargas. No plano partidário, contava com o apoio do Partido Democrático de São Paulo, partido de ideologia liberal, constituído em 1926, expressão de um setor da burguesia cafeeira e de grupos financeiros de São Paulo, “aliados a profissionais liberais da alta classe média (...), cujos horizontes não iam além dos contornos agrários” (FAUSTO, 1974, p. 235).

O Partido Democrático (PD) era ferrenho defensor da vocação agrária do Brasil e o Partido Republicano Paulista (PRP), fundado em abril de 1873, por outro lado, defendia os industriais. Essa diferença expressava-se em situações concretas como, por exemplo, a discussão em torno do aumento das tarifas de tecidos de algodão em 1928. O

conta própria ou que recebe salários por trabalho não-manual, abrangendo os pequenos empresários e comerciantes, funcionários públicos, empregados no comércio, profissionais liberais”, não incluindo os membros das Forças Armadas. Outra ressalva do ponto de vista metodológico é feita pelo autor com relação à pequena e média burguesia, “é impossível estabelecer diferenças para a década de vinte, entre a pequena e a média burguesia, a menção a elas é indiscriminada, usando-se com o mesmo sentido as expressões ‘classe média’ e ‘pequena-burguesia’” (FAUSTO, 1986, p. 53-54).

aumento da tarifa alfandegária e o impedimento da importação de máquinas protegiam a indústria nacional, porém esta proteção era vista com maus olhos pelos democráticos, os quais consideravam este favorecimento aos industriais por parte do governo um prejuízo ao setor agrário. Assim, o quadro que se engendrou quando das eleições de 1930 foi o que segue: o PRP, representante dos interesses cafeeiros e com fortes ligações/alianças com os setores industriais paulistas e também ligado ao empresariado estrangeiro, apoiando a candidatura oficial Júlio Prestes-Vital Soares e o PD, claramente anti-industrialista e contra o empresariado estrangeiro, expressava a aliança entre as classes médias de São Paulo e os elementos descontentes do setor agrário, apoiando a Aliança Liberal.

A ligação do PRP com o empresariado estrangeiro e, por conseguinte, com a grande indústria nacional não era obra circunstancial daquela eleição de 1930. O partido republicano caracterizou-se pela abertura cosmopolita da ‘velha oligarquia’ ao imigrante, em contraste com a posição xenófoba dos democráticos. Os perrepetistas, assim, arrebataram o apoio dos empresários da grande indústria à candidatura oficial nas eleições de 1930 publicando o manifesto da candidatura Júlio Prestes em árabe e outras línguas estrangeiras, enquanto o PD seguia seu ataque à indústria, vista como um grupo de exploradores estrangeiros, produtores de artigos de má qualidade e responsáveis pela elevação do custo de vida.

Não resta dúvida de que a indústria paulista não apoiou a Revolução de 1930 e o seu ajustamento com as demais forças que estiveram presentes na Revolução Constitucionalista de 1932 reafirma esta certeza (FAUSTO, 1986). Contudo, se parece claro não haver conexão entre a burguesia industrial e a Revolução de 1930, para Fausto (1986) falta esclarecer se o episódio revolucionário pode ser caracterizado como um confronto entre os interesses agrários e industriais. A pergunta feita pelo autor é: estava esta oposição refletida na cisão gaúcha e mineira?

Não se poderia caracterizar o Rio Grande do Sul como um estado industrial na década de 1920, à semelhança do que ocorria em São Paulo e no Distrito Federal – Rio de Janeiro (FAUSTO, 1986). As oligarquias do Estado estavam, à época, ligadas essencialmente ao meio rural e isso era refletido nos partidos políticos, a exemplo dos libertadores e republicanos. Os maiores líderes de ambos os partidos eram estancieiros ligados ao meio rural: pelo Partido Libertador, Assis Brasil, e pelo Partido Republicano,

Borges de Medeiros. Mesmo os jovens quadros dos partidos não estavam ligados aos setores industriais¹⁰.

Maior evidência da ausência de qualquer perspectiva industrialista nos representantes políticos gaúchos pode ser associada ao comportamento do líder da bancada gaúcha na Câmara Federal, João Neves da Fontoura, em novembro de 1929, quando expôs os reflexos da crise mundial no Brasil com a clara intenção de capitalizar argumentos em favor da Aliança Liberal. Assim, João Neves concentra esforços em criticar e atacar a política cafeeira de valorização que tem efeito de impedir a diversificação da produção agrícola, mas não propõe uma política industrializante como alternativa à crise do setor agrário exportador. Em um contexto diverso, após a Revolução de 1930, o então Ministro da Fazenda Osvaldo Aranha, teria declarado à imprensa ser contrário à intervenção do governo na vida comercial do país e na manutenção de indústrias fictícias. Tanto no documento redigido por Lindolfo Collor e aprovado na Convenção da Aliança em setembro de 1929, quanto na plataforma da Aliança Liberal, estava presente a distinção entre indústrias naturais e artificiais.

No caso de Minas Gerais, apesar da existência de um núcleo industrial de algum significado em Juiz de Fora, a sociedade mineira é caracterizada pela grande propriedade rural e dominada pelos grupos sociais que dela derivam, sendo forte nessa sociedade as ligações familiares e isso se reflete no Partido Republicano Mineiro. Assim, os políticos envolvidos tanto na campanha da Aliança Liberal quanto nas articulações revolucionárias, como Antônio Carlos, Artur Bernardes, Francisco Campos e Virgílio e Melo Franco, têm sólidas raízes na vida política mineira e provêm de suas famílias tradicionais (FAUSTO, 1986).

Por certo que se pode concordar com a afirmação de que existiam disputas entre os interesses do setor agrário-exportador e os do setor industrial no interior das classes dominantes ao longo da República Velha, inclusive não se pode negar a habilidade dos grupos agrários de criar uma imagem dos industriais de “elementos parasitários”,

¹⁰ Getúlio Vargas era filho do general Manuel do Nascimento Vargas, combatente da guerra do Paraguai, estancieiro e chefe republicano de São Borja; a família de Osvaldo Aranha estava ligada aos núcleos mais tradicionais de São Paulo: seu pai, o “cel.” Euclides Aranha, era do interior do Estado, e seu tio materno, o Senador Freitas Vale, vindo do Rio Grande do Sul, tornou-se figura de projeção no Estado; Lindolfo Collor era descendente de alemães e formou-se na pouco prestigiosa Escola de Farmácia de Porto Alegre; João Neves da Fontoura era filho de fazendeiro, seu pai foi chefe político de Cachoeira e prefeito da cidade por várias vezes (FAUSTO, 1986).

responsáveis pela alta do custo de vida perante, principalmente, a classe média. Contudo, segundo Fausto (1986), essa disputa não se refletiu nem no programa da Aliança Liberal, nem no governo que tomou posse pós-revolução. Conforme o autor, ao mesmo tempo em que a Aliança não tinha ligações diretas com os interesses dos setores rurais, também não havia como associá-la aos interesses dos setores industriais.

A Revolução de 1930, seja sob a forma direta de intervenção da fração de classe, seja sob a forma mediada de uma “revolução do alto”, não foi um movimento que tenha conduzido a burguesia industrial à dominação política. Isto não elimina certas conexões entre o processo de industrialização e o episódio revolucionário, como veremos adiante, pelos efeitos reflexos da ação do Estado, tanto na forma descrita por Celso Furtado, como pelo sentido geral que assume esta intervenção (FAUSTO, 1986, p. 50).

Poder-se-ia dizer, então, que a Revolução de 1930 foi a expressão da ascensão da classe média ao poder através dos movimentos militares da década de 1920¹¹? Apresentam-se aqui duas questões: a primeira refere-se à representação da classe média pelos movimentos militares da década de 20, especialmente o tenentismo, e a segunda, a ascensão da classe média ao poder no pós-revolução. Se a Revolução de 30 não foi uma revolução da e/ou para a burguesia industrial, conforme Fausto (1986), poder-se-ia dizer que foi para a classe média?

Os tenentes e seus movimentos durante a década de 1920 não representaram a classe média da época, nem sob o ponto de vista ideológico, nem sob o ponto de vista agregador e de organização de uma classe (FAUSTO, 1986). Apesar de os tenentes gozarem de prestígio frente à sociedade civil em geral e à classe média em especial, isso não se deve a uma estreita vinculação dessa última com os movimentos tenentistas, mas sim ao fato de os tenentes serem vistos como o braço armado da dissidência civil. Nas palavras de Fausto (1986, p. 57), “na base da pequena vinculação com os meios civis, está um dos traços essenciais da ideologia tenentista: os ‘tenentes’ se identificam como responsáveis pela salvação nacional, guardiões da pureza das instituições republicanas, em nome do povo inerme. Trata-se de um movimento substitutivo e não organizador do ‘povo’”. Por outro lado, conforme Fausto (1986), a inexistência de laços organizatórios

¹¹ Há uma identificação simplista que procura identificar a ligação entre tenentes e classe média pelas origens de classe daqueles. Conforme Fausto (1986), a extração social dos tenentes não é homogênea e, embora a situação familiar possa ser definida como pequeno-burguesa, tal situação deriva muitas vezes de um empobrecimento de famílias tradicionais e não de um processo de ascensão social.

mais sólidos entre os militares rebeldes e os meios políticos civis pode ser explicada pela atitude dos quadros mais representativos das dissidências oligárquicas, as quais faziam parte da política nacional. Assis Brasil, do PL gaúcho, havia sido “chefe civil da revolução” de 1923 no Rio Grande do Sul¹² e fazia uso da legenda tenentista, mesmo sem possuir vinculações sérias com o movimento. O Diário Nacional, jornal do PD de São Paulo, preenchia páginas em louvor ao aniversário de Prestes e aos bravos tenentes da Coluna, porém os laços não se estreitavam para além disso.

O que realmente afastava os tenentes dos políticos da época não era seu objetivo estratégico em si, mas sua tática posta em prática: a violência, embora para fins limitados. Essa idéia é reforçada por Faoro (2001). Segundo o autor, no propósito de realizar reformas coordenadas por um esquema não oligárquico, mas democrático, no campo do governo e em defesa da ordem, a autoridade se extrema, justificando-se não mais em suspensões transitórias das garantias, mas numa ideologia autoritária. O anti-liberalismo fazia-se presente, na verdade, em nome, de um lado, do povo e, de outro, da ordem, sendo seu rumo a centralização.

Ideologicamente o que caracterizava o tenentismo da década de 1920 era, essencialmente, um conteúdo centralizador, elitista e vagamente nacionalista. Fausto (1986) define o tenentismo como um movimento voltado ao ataque jurídico-político às oligarquias. Assim, o conteúdo centralizador vem como crítica a excessiva autonomia dos Estados da Federação, identificando o domínio das oligarquias com o predomínio do Poder Executivo. Nesse contexto, a centralização significava a restauração do equilíbrio entre os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – admitindo-se a hipótese de uma predominância deste último, cuja independência seria assegurada pela auto-renovação dos quadros. Além disso, os ideólogos tenentistas, como Juarez Távora, identificavam os bacharéis como políticos profissionais, inúteis e improdutivos; já “o magistrado-burocrata, pelo contrário, como agente civil do Estado, distribuidor de justiça, completa-se simetricamente com o militar, integrante também do aparelho estatal, ambos capazes de reorientar o país, acima das disputas personalistas dos políticos” (FAUSTO, 1986, p. 65).

¹² A Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul representou fato importante para os acontecimentos políticos que se seguiram no país. Foi a partir desta revolução que houve uma aproximação entre o Partido Libertador e o Partido Republicano, chegando ao nome de Getúlio Vargas como candidato à Presidência da República nas eleições de 1930 pela Aliança Liberal. Contando, então, com o apoio da situação dos estados de Minas Gerais e Paraíba, das oposições de outros estados, bem como de grande parte dos tenentes envolvidos nas rebeliões dos anos 1920.

A centralização teria o objetivo de uniformizar as instituições através da revisão constitucional, que fixaria o princípio pelo qual as Constituições estaduais seriam modeladas pela federal no que toca a questões como extensão e sentido da autonomia local, duração de mandatos políticos eletivos, garantias efetivas à representação das minorias. Além disso, a revisão daria conta também de pôr fim à dualidade de magistraturas, unificaria a legislação processual, o ensino, o regime eleitoral e tributário (FAUSTO, 1986).

O elitismo do tenentismo aparece na sua própria estratégia revolucionária. Não se cogita da participação das classes populares, pois estas eram incapazes, na visão dos tenentes, de superar sua passividade. Mas nem só nos episódios revolucionários as classes populares eram vistas como inábeis, se não como ignorantes, como também no tratamento de um dos pontos mais importantes para os tenentes: as eleições. Os tenentes defendiam eleições honestas, em referência ao coronelismo, com garantias de voto secreto e sufrágio universal, com reconhecimento e resultados assegurados pelo Poder Judiciário, desde que estivesse assegurada a participação de eleitores capacitados – nessa ressalva estava implícita a exclusão das classes populares, conquanto muitas vezes essa exclusão tenha sido expressada de forma explícita. Segundo Faoro (2001), o fato de os tenentes manterem-se alheios ao elemento civil, em especial ao proletariado, decorria de que a proximidade poderia torná-lo suspeito de esquerdismo.

O conteúdo nacionalista do tenentismo aparece de forma vaga e sem nenhuma estruturação formal, constituindo ponto secundário das formulações deste período. Conduto, como salienta Fausto (1986), o tema do nacionalismo aparece de forma constante. Segundo este autor, os tenentes aproximam-se de autores da corrente revisora da Constituição, como Alberto Tôrres e Oliveira Viana.

Dentro de um quadro geral, estes eram os traços que definiam o que se poderia chamar de ideologia tenentista da década de 1920. Se por um lado as classes médias aproximavam-se destes pela defesa do voto secreto e das liberdades individuais, por outro, é “problemático imputar às classes médias brasileiras da década de vinte uma ideologia em que o ‘elitismo’ e a centralização aparecem como traços essenciais” (FAUSTO, 1986, p. 69). Portanto, para Fausto (1986) não se pode dizer que os tenentes e seus movimentos na década de 1920 são a representação das classes médias e seus interesses junto à Revolução de 1930. Faoro (2001) defende a mesma idéia, declarando

ser falsa a tese que afirma que a direção do movimento tenentista, ou dos contestadores, como o autor chama, é dada pela classe média ou pela camada média da sociedade. Se, por um lado, segundo o autor, a classe média não tinha condições objetivas de aspirar ao comando político do país, pois não era capaz de organizar-se politicamente, por outro, suas reivindicações não iam além de proteção e amparo, e não atendimento ou representação, numa pretensão de abater um esquema dominante de trinta anos.

Pode, ainda, restar dúvida com relação à representação das classes médias pelos tenentes no governo instalado pós-revolução. Sobre essa questão, Fausto (1986) inicia suas investigações testando a hipótese de o movimento tenentista dos anos 1930 a 1934 ser, aos olhos da pequena-burguesia brasileira, uma “potência governamental absoluta”¹³, realizando o tipo específico de representação das classes médias, incapazes de se organizar politicamente, no interesse das classes dominantes. O tenentismo consegue formar, junto ao Poder Central, um ativo núcleo de pressão para defender alguns pontos específicos, tais como, a representação por classes, o prolongamento da ditadura, numa clara demonstração de suas idéias antiliberais, a punição dos políticos que estiveram mais comprometidos com a República Velha e a manutenção do “espírito revolucionário”, que se traduz em um programa de reformas. Interventores designados por Vargas em vários Estados da Nação, os tenentes serviram aos intentos do Governo Central no sentido de neutralizar o poder político das oligarquias regionais, porém sem impor modificações relevantes na estrutura sócio-econômica. Assim, quando o tenentismo tentou se impor como movimento autônomo, conforme Fausto (1986), encontrou ataques de todos os lados: das oligarquias regionais, por motivos que parecem óbvios; do Poder Central, em suas tentativas de instrumentalização do movimento; e do interior das Forças Armadas, sob a alegação de que a corrente tenentista ameaçava romper a hierarquia dos quadros militares e criar organismos paralelos, com influência no Exército. Nesta conjuntura, “sem base popular, destituído de maior coesão, atingido nos setores em que poderia encontrar apoio, o tenentismo desaparece como força autônoma”; ou seja, “o tipo de representação peculiar que se poderia ter estabelecido entre as classes médias e o movimento tenentista não teve condições de se realizar pois, em vez de aparecer como ‘potência governamental

¹³ Aqui o autor faz referência à Marx no seu 18-Brumário, onde ele sintetiza a incapacidade das “classes apoio”, referindo-se aos seus representantes como “senhores, como uma potência governamental absoluta, que os protege das outras classes e lhes envia do alto a chuva e o bom tempo” (MARX apud FAUSTO, 1986, p. 70).

absoluta', os militares rebeldes constituíram no governo um grupo contraditório, submetido a uma rápida perda de identidade” (FAUSTO, 1986, p. 73).

Contudo, Fausto (1986) levanta outra hipótese: não teria sido esta crise que abalou o tenentismo um indicador de que este teria mesmo sido o representante específico das classes médias no poder após a Revolução de 1930, sendo a crise expressão da impotência política destas últimas? Para Fausto (1986), a evolução do movimento em algumas áreas urbanas, notadamente São Paulo, não confirma esta hipótese. Um bom exemplo disso é quando a aparente aliança entre tenentes e Partido Democrático (SP) – aliança esta que se remete a antes de 1930 – transforma-se em confronto aberto logo após a Revolução, as classes médias paulistas optam pelos democráticos, onde se encontram seus quadros intelectuais mais expressivos. O afastamento das classes médias do tenentismo também teve um forte apelo ideológico, principalmente por parte dos democráticos, que associavam o tenentismo ao extremismo, particularmente ao extremismo de esquerda, a luta pela volta do país ao regime constitucionalista. Nos primeiros anos posteriores a 1930, os “setores da pequena-burguesia menos vinculados ao universo liberal democrático foram rapidamente atraídos para a esquerda ou para o integralismo, esvaziando o movimento tenentista de uma base popular significativa” (FAUSTO, 1986, p. 75). Mesmo que possam ser encontradas algumas identidades do ponto de vista da prática política, como a crítica a hegemonia da burguesia cafeeira – embora, por parte dos tenentes, “a esta hegemonia não oponha senão um tímido programa de reformas jurídico-administrativas” (FAUSTO, 1986, p. 75) – as evidências vão no sentido de que o tenentismo não foi um movimento organizador das classes médias, nem o seu representante, para o caso de incapacidade organizatória destas classes.

Assim, segundo Fausto (1986, p. 81-82),

As relações entre classes médias e tenentismo não se concretizam nem sob a forma da efetiva organização destas classes pelo movimento, nem pela sua representação específica como ‘potência governamental’. A aproximação mais segura entre a categoria social e a corrente deriva do fato de que um setor do movimento, detendo alguns postos na direção do Estado, propõe-se a realizar um programa de reformas, pequeno-burguês em essência, embora com escassa correspondência na pequena-burguesia do tempo. Do ponto de vista do episódio de 1930, esta incorrespondência não permite defini-lo como momento de ascensão das classes médias ao poder, através da representação política do tenentismo.

Assim, para Fausto (1986, p. 84), “o movimento de 1930 não pode ser entendido sem a intervenção das classes médias, mas não é uma revolução destas classes, nem no sentido de que elas sejam o setor dominante no curso da revolução, nem de que sejam seus principais beneficiários”. Para o autor, o comportamento político das classes médias, enquanto classe, era definido pelas condições específicas da época, como os relacionamentos com as demais classes e os limites do universo ideológico da década de 1920. A classe operária não aparece como pólo atrativo por sua corrente anarquista (FAUSTO, 1986) ou esquerdista Faoro (2001), afastando a pequena-burguesia nacionalista. No que toca à classe dominante, a crítica da pequena-burguesia à sua democracia liberal não a havia convencido, não alcançando amplamente o terreno político. Assim, estando a pequena-burguesia na condição dependente, no nível sócio-econômico, da estrutura dominante, sua atitude é de buscar superar a contradição entre os princípios liberais e a prática política com o objetivo de realizar a plena democracia formal, através do voto secreto, a representação das minorias e a independência da magistratura. Esses objetivos coincidiam com os interesses das classes médias urbanas da época, pois ampliaria o acesso às atividades ligadas ao Estado que, até então, estavam, em seus níveis mais altos, sob o estrito controle das oligarquias. Assim, a Revolução de 1930 não representou uma mudança radical na estrutura de poder visto que quem assumiu o poder do Estado pós-revolução foram as oligarquias regionais não ligadas aos interesses cafeeiros, não sendo, assim, representativas de “oposições de classe e nem mesmo uma disputa ‘pura’ de setores no interior da classe dominante” (FAUSTO, 1974, p. 235).

Ianni (1977), por sua vez, analisa a Revolução de 1930 focando no Estado e seu funcionamento. Assim, para o autor, a Revolução criou condições para o desenvolvimento do Estado Burguês na década de 1930, o que significava um sistema com instituições políticas e econômicas e padrões e valores sociais e culturais propriamente burgueses; ela revelou as rupturas estruturais a partir das quais se tornou possível reelaborar as relações entre o Estado e a sociedade. Nesse contexto, a partir de 1930, a ação estatal passou a expor o caráter acentuado dos seus conteúdos burgueses, contrastando com os elementos sociais, culturais e políticos de tipo oligárquico vigentes nas décadas anteriores. Nas palavras do autor, “enquanto manifestação e agente das

rupturas estruturais internas e externas, a Revolução implicou na derrota (não se trata propriamente de liquidação) do Estado oligárquico” (IANNI, 1977, p. 25).

Dentro desse contexto histórico, a Grande Depressão dos anos de 1929-33 assume importância decisiva na visão de Ianni (1977), pois, para além dos efeitos prejudiciais que causou no setor cafeeiro nacional e, por conseqüência, na economia brasileira como um todo, desnudou, inclusive para a própria burguesia associada à cafeeicultura, as limitações econômico-financeiras inerentes a uma economia voltada fundamentalmente para o mercado externo. Os grupos políticos que tomam o poder após 1930 modificam os órgãos governamentais, abandonando, ao menos parcialmente, o liberalismo econômico até então vigente, notadamente nas atividades produtivas, e demonstrando a importância da reorganização dos mercados de capital e força de trabalho. Portanto,

A Revolução de 1930 (que depôs Washington Luís) representa uma ruptura política e, também, econômica, social e cultural com o Estado oligárquico vigente nas décadas anteriores. Aliás, é o próprio Estado oligárquico que se rompe internamente, pela impossibilidade de acomodarem-se as tensões e conciliarem-se os contrários liberados pela crise política e econômica mundial e interna (IANNI, 1977, p. 30).

3 POPULISMO: REVISÃO DE UM CONCEITO

O período que cobre os anos de 1930 a 1945 é caracterizado por uma nova política, uma nova relação entre Estado e sociedade. A literatura não apresenta consenso sobre como se deu essa relação, principalmente no que toca a relação entre Estado e classe trabalhadora. Assim, o presente capítulo tem por objetivo apresentar a visão de alguns autores sobre tal relação, não pretendendo esgotar a discussão sobre o tema.

Os autores constantes das três seções deste capítulo apresentam visões diversas, às vezes antagônicas, sobre um conceito que causa grande debate sobre sua validade, no sentido que tem assumido por vezes uma acepção negativa: o populismo. Segundo Gomes (2001), o conceito de populismo vem sendo defendido, criticado, abandonado e, até mesmo, reformulado. A autora ainda salienta que tal conceito apresenta alto grau de “compartilhamento, plasticidade e solidificação” (p. 20), transcendendo o espaço acadêmico e fazendo parte do que a autora chama de “cultura política nacional”.

A primeira seção apresenta o populismo sob uma ótica conceitual. Utiliza-se as teses de Francisco Weffort e Octávio Ianni para apresentar como o conceito de populismo foi construído dentro das ciências políticas e sociais. A segunda seção trás o populismo numa perspectiva histórica, explorando as visões de Ângela de Castro Gomes e Pedro Fonseca. Por fim, a terceira seção apresenta, complementarmente, a interpretação de Rudiger Dornbusch e Sebastian Edwards sobre o populismo na América Latina: o Populismo Macroeconômico.

3.1. O populismo sob a ótica conceitual

Conforme Weffort (1978), a inclusão das massas populares no jogo político na década de 1930 deu-se por ocasião da crise do poder e, portanto, do Estado Oligárquico e do cenário e circunstâncias que se criaram a partir dessa crise. Até então, a política

nacional era feita com base no principal produto da economia, o café, cuja produção era essencialmente voltada para o mercado externo. A estrutura fundiária, de grandes propriedades, afetava de forma definitiva a vida política através de grupos que representavam seus interesses no Estado.

O fim dos anos 1920 e início dos 1930 traz muitas novidades. Superprodução brasileira de café seguida de uma brusca queda do preço do produto no mercado mundial, isso agravado por uma crise financeira mundial e, por fim, um golpe de estado. Conforme segunda seção do capítulo anterior, a Revolução de 30 alterou a estrutura e a composição de poder na política nacional, introduzindo elementos menos vinculados aos setores exportadores. Contudo, apesar de deslocar o poder político do interesse cafeeiro, continua evidente o poder econômico do café. Fazia-se necessário, portanto, uma composição de poder mais complexa que a imperante na República Velha, “não apenas porque a oligarquia declinava, mas porque várias classes sociais emergentes queriam participar das decisões político-econômicas” (IANNI, 1975, p. 82).

Surge, assim, como uma imposição do próprio processo histórico, a idéia de um novo pacto, uma nova solução de compromisso. A essa solução de compromisso atrela-se um “Estado de Compromisso que é ao mesmo tempo um Estado de Massas, expressão da prolongada crise agrária, da dependência social dos grupos de classe média, da dependência social e econômica da burguesia industrial e da crescente pressão popular” (WEFFORT, 1978, p. 70). A solução de compromisso que toma corpo depois de 1930 – diferentemente daquela que se verificava nas décadas imediatamente anteriores, onde quem tomava parte eram apenas os grupos oligárquicos com base nos interesses cafeeiros, dando legitimidade ao Estado – não pode ter por base de sustentação “as classes médias porque não possuem autonomia política frente aos interesses tradicionais em geral, os interesses cafeeiros porque foram deslocados do poder político sob o peso da crise econômica, os setores menos vinculados à exportação porque não se encontram vinculados aos centros básicos da economia” (WEFFORT, 1978, p. 50). Assim, “ganha” força política uma personagem até então ignorada na história política nacional: as massas populares urbanas.

Algumas questões assumem uma maior importância nesse contexto. Até que ponto foram as massas populares “criadas” para legitimar o pacto populista? Até que ponto foram elas manipuladas e passivas no processo histórico em questão?

Em primeiro lugar, deve-se ter claro o que ou quem são as massas populares. Segundo Weffort (1978), dependendo das circunstâncias históricas, determinadas classes sociais tomam a aparência de massa. No caso brasileiro, decorrente do processo de industrialização e urbanização das cidades, crescem as populações urbanas, sedentas de melhores condições de vida. Mas não é só uma mudança quantitativa, e sim também qualitativa. As classes operárias e pequeno-burguesas estão politicamente disponíveis, ou seja, existe uma distinção entre a dimensão política e as demais dimensões presentes nas relações sociais, o que faz com que as relações sejam entre indivíduo e poder, tornando em massa o indivíduo politicamente isolado. Assim, pode-se dizer que “massa” é um conceito que abrange diferentes classes sociais; ou um conceito no qual os indivíduos, enquanto pertencentes à determinada classe social, se incluem ou se excluem de acordo com as circunstâncias. Na composição de poder do Estado, como nenhum grupo é hegemônico, todos o vêem como uma entidade superior, do qual esperam solução para todos os problemas.

Após os conflitos que emergiram na década de 1920 e o desfecho revolucionário em outubro de 1930, o Brasil entrou numa nova fase, tanto sob o ponto de vista econômico, com a definição de um processo de industrialização – a industrialização por substituição de importações –, quanto social, com a emergência de novas classes, e político, com a pressão que essas novas classes e outras nem tão novas no cenário político passaram a exercer sobre o poder. Essa nova fase, que abriga o fenômeno que ficou conhecido como populismo, é, portanto, de consolidação do capitalismo e de surgimento de novos atores sociais. Nas palavras de Ianni (1975, p. 9)

Sob vários aspectos, o populismo latino-americano parece corresponder a uma etapa específica na evolução das contradições entre a sociedade nacional e a economia dependente. A natureza do governo populista (que é onde se exprime mais concretamente o caráter do populismo) está na busca de uma nova combinação entre as tendências do sistema social e as determinações da dependência econômica.

Tendo isso em conta, pode-se entender o comportamento político das massas como um dos condicionantes para sua emergência como base de legitimação do chamado Estado Populista. Ou seja, além dos condicionantes externos às classes populares, como a crise e queda do Estado Oligárquico, a necessidade de legitimação do Estado Populista, bem como o processo de industrialização e urbanização

transformando uma crescente população urbana em proletariado, ameaçando a classe dominante, Weffort (1978) alerta para fatores ligados ao próprio comportamento popular, que tem como parâmetro básico a escassez e a insatisfação. Por isso, a legitimação do líder populista, e por sua vez do Estado, passa por algum grau de satisfação das aspirações dessas massas.

Destarte, conforme o autor, se por um lado o populismo pode ser considerado como uma forma de manipulação de massas, por outro, é um modo de expressão das insatisfações dessas massas. A ausência das massas no processo político não pode ser encarada como passividade de seu comportamento, pois a pressão que exerciam, numerosas como eram, apresentavam-nas às minorias dominantes como um problema real e, até certo ponto, como uma ameaça (WEFFORT, 1978). A pressão por acesso aos empregos urbanos, por maiores possibilidades de consumo e pelo direito de participação nos assuntos do Estado são os elementos básicos para compreensão do sentido que toma o comportamento político popular. Dessa forma, o autor conclui que tanto a noção de manipulação quanto de passividade devem ser relativizadas e encontram limites dentro do próprio processo, ou seja,

a imagem, se não o conceito, mais adequado para entendermos as relações entre as massas urbanas e alguns grupos representados no Estado é a de uma *aliança* (tácita) *entre setores de diferentes classes sociais*. Aliança na qual evidentemente a hegemonia se encontra sempre com os interesses vinculados às classes dominantes, mas impossível de realizar-se sem o atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares (WEFFORT, 1978, p. 75-76).

A expectativa com relação à realização de necessidades políticas, sociais e econômicas, expressas na melhoria concreta da vida de classes médias urbanas e no atendimento de reivindicações históricas da classe trabalhadora com leis trabalhistas, aumentos salariais, e a própria expansão dos postos de trabalho pela industrialização, associada à forte carga ideológica da consolidação de uma “Nação” remonta ao debate de como se deu a participação das massas populares na política populista e qual seu papel. Assim, a relação Estado-Povo-Nação é recorrente na caracterização do processo populista e no próprio discurso “oficial” do populismo: um Estado em defesa do seu Povo e dos interesses nacionais. Este tripé, Estado-Povo-Nação, é a justificativa de uma unidade interna e de um “governo de todos”. As massas seriam movidas por um

interesse “comum”, diluindo-se, assim, as fronteiras de classe delimitadas pela posição no processo produtivo: trabalhadores, setores médios prestadores de serviços e proprietários.

Para Weffort (1978), tal diluição de interesses concretiza-se pela manipulação das massas e de seus interesses. Conforme o autor,

as classes populares (incluída, pois, a classe operária) não se representam a si próprias na política como classes que se enfrentam ou transacionam com os interesses das demais classes, mas são representadas, ou melhor manipuladas por líderes ou partidos que vêm de classes “superiores”; não expressam, ou pelo menos não fazem explícita, uma crítica ao modo de produção capitalista mas se manifestam no sentido de uma pressão sobre o consumo que não esclarece, ao nível da consciência popular, as conexões econômicas entre consumo e produção; não se dirigem a uma pressão *contra* o Estado, percebido como expressão das classes dominantes, mas exatamente no sentido de participar dele; finalmente, não se expressam através de partidos modernos de classes, mas por “movimentos” de composição social heterogênea, lideranças personalistas ou por partidos de estrutura autoritária (p. 103).

Esta arregimentação quase amorfa das massas configura na análise do autor o centro de sua argumentação, na qual o populismo é fruto de um vazio político, de uma incapacidade de a burguesia do país assumir o processo de transição do Estado Oligárquico, impulsionando e, ao mesmo tempo, impondo uma aliança de classes. Neste sentido, Weffort (1978) afirma que a autonomia da classe operária está diretamente limitada pela ação do próprio Estado, do qual ela “faz parte”. Este “fazer parte” está marcado pela mediação que as entidades de classe – sindicatos e associações – fazem entre governo e trabalhadores, pela qual “tendem a constituir-se não propriamente em poder político, mas em mecanismo que ajuda a estabelecer as condições que o fazem mais eficiente” (WEFFORT, 1978, p. 20). Essas entidades de classe estavam comprometidas com uma elite política e, portanto, limitadas e responsabilizadas na manutenção do *status quo*.

Weffort (1978) destaca que a presença permanente das classes populares na cena política, ainda que pela exigência de maior inserção e participação, faz com que se converta em “permanente ameaça de superação do *status quo*” (WEFFORT, 1978, p. 163). Contudo, o autor vê um paradoxo na participação das classes populares, ainda que de forma reivindicatória e de tensionamento do governo: reivindicar significa reconhecer e, para ele, implica em participar do “grande compromisso social em que se

apoiava o Estado” (WEFFORT, 1978, p. 24). Assim, as massas populares “foram o parceiro fantasma do jogo político (...) foram a grande força que nunca chegou a participar diretamente dos grandes embates, sempre resolvidos entre os quadros políticos dos grupos dominantes, alguns dos quais reivindicando para si a interpretação legítima dos interesses populares” (WEFFORT, 1978, p. 15).

O autor vê nas relações populistas da política não apenas uma diluição aparente das fronteiras de classe, mas também a diluição das reivindicações concretas de classe nos interesses de uma elite política dominante. Ao apresentar as massas populares como um “parceiro fantasma”, o autor caracteriza-as como incapaz não de construir, mas de levar adiante a concretização de uma pauta de reivindicações. O sistema de representação política, baseado no sufrágio universal – que o autor salienta como um importante avanço na participação das massas na política¹⁴ – não é capaz de fazer com que ela tenha seus próprios representantes. Nas palavras do autor, a peculiaridade do populismo está no fato de que

nenhum dos seus grupos componentes aparece a título de representante dos interesses gerais das classes a que pertencem. No que se refere às classes populares, os setores participantes do populismo – vindos em parte da pequena burguesia, da “baixa classe média” e principalmente da classe operária em formação – tendem, a dissolver-se na “massa” (WEFFORT, 1978, p. 101).

Por outro lado, para Ianni (1975) as massas assalariadas tensionam permanentemente o Estado e sua ação não está limitada por ele, ou seja, elas são o “elemento político dinâmico e criador (...) possibilitam a reelaboração da estrutura e atribuições do Estado” (IANNI, 1975, p. 9). Assim, para este autor, o populismo pode ser dividido em duas esferas: uma do populismo de cúpula, outra do populismo de massas, onde os atores presentes em cada esfera são distintos. Para Ianni (1975, p. 11)

Em primeiro lugar é preciso focalizar o populismo das cúpulas, isto é, dos governantes, políticos burgueses profissionais, burguesia nacional, burocratas políticos, pelegos, demagogos. Trata-se de um populismo das elites burguesas e de classe média, que utilizam taticamente as massas operárias e os setores mais pobres da classe média. Esse populismo instrumentaliza as massas trabalhadoras, ao mesmo tempo em que manipula

¹⁴ Como exemplo desta relevância, tome-se os estudos de Francisco Weffort sobre as votações janistas e ademaristas em São Paulo: WEFFORT, Francisco. Política de massas. In: IANNI, Octavio (org.). Política e revolução social no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 161-198.

as manifestações e as possibilidades de sua consciência. (...) Em segundo lugar é necessário focalizar o populismo das próprias massas, isto é, dos operários, dos migrantes de origem rural, dos grupos sociais pertencentes à baixa classe média, dos estudantes universitários radicais, dos intelectuais de esquerda, dos partidos políticos de esquerda (...) em ocasiões críticas, quando as contradições políticas e econômicas se aguçam, o populismo das massas pode encaminhar-se para formas revolucionárias. Nessas ocasiões ocorre a metamorfose do movimento de massas em luta de classes.

Essa diferenciação dos matizes de composição do populismo permite à Ianni (1975) dar margem à organização política dos trabalhadores como forma de questionamento do poder vigente. É no momento em que a classe trabalhadora e os setores médios da sociedade aumentam suas reivindicações e a radicalidade da forma de sua exigência, que as fronteiras de classe se recompõem, segundo o autor, em luta. Tal visão é antagônica à de Francisco Weffort no que diz respeito ao papel das entidades de classe, os sindicatos e associações. Para Ianni (1975), os sindicatos podem cumprir o papel de organizadores políticos e impulsionadores da participação das massas no cenário político, sendo que o comprometimento político de mediação entre Estado - classe trabalhadora é deixado de lado em nome da defesa dos interesses específicos de uma categoria ou classe. Nesse contexto, os setores médios buscam outras instituições de apoio político, como a Igreja e as forças armadas, que reaparecem como atores políticos.

Para Ianni (1975), o processo de modernização/industrialização/urbanização/democratização é indissociável da constituição do populismo como forma política do Estado e do movimento social. Segundo o autor, é o populismo como fenômeno político associado ao processo de urbanização e proletarianização de crescentes contingentes populacionais que dá aos trabalhadores “personalidade política, nos quadros jurídico-políticos do Estado burguês e não mais fora desses quadros, como tendia a ocorrer anteriormente, com a influência do anarco-sindicalismo, socialismo ou comunismo” (IANNI, 1975, p. 152).

Esse reconhecimento da importância do populismo como parte do processo de organização da própria classe operária tem por justificativa teórica a análise em conjunto que o autor faz sobre tal fenômeno. Para o autor, a consolidação do Estado populista é a consolidação do estado burguês na América Latina que passa pela concretização da dissociação entre os trabalhadores e os meios de produção. Ianni (1975, p. 10) também reivindica que neste período “as massas trabalhadoras estão

abandonando padrões sócio-culturais criados e vigentes quando predominavam as oligarquias (...) o populismo exprime o ponto de vista mais avançado no processo de secularização da cultura e do comportamento”.

Nesse ponto, é importante destacar uma diferença fundamental entre as teses de Francisco Weffort e de Octávio Ianni. Aquele, em vários momentos apresenta a concepção negativa do populismo ao defender, recorrentemente, as noções de “manipulação das massas” e “parceiro fantasma”, além da compreensão de que a coalizão de classes no populismo é fruto de um vazio político. Por outro lado, Ianni (1975, p. 44-45) argumenta que

O fato é que a aliança das “novas” classes sociais urbanas resulta muito menos do vazio político em que a sociedade se encontrava, devido à crise de poder oligárquico, do que da mudança das condições sociais, políticas e econômicas inerentes à nova situação. (...) Em nível interno, o que está em jogo é uma nova combinação de forças sociais, políticas e econômicas para organizar e fazer funcionar o poder. E isto faz parecer que a aliança de classe, ou o pacto populista, é fruto necessário e inevitável do vazio de poder. Mas em nível externo, o que está em jogo é a reformulação, às vezes ampla, das relações e estruturas de dependência.

Contudo, para Ianni (1975), não apenas a classe trabalhadora é uma classe em formação – e por isso com dificuldade de impor suas próprias visões no processo de disputa política –, mas também a burguesia passa por este processo. Antes subalterna às oligarquias, agora submetida às “barganhas possíveis com o capital e a tecnologia estrangeiros” (IANNI, 1975, p. 54).

Assim, de forma sucinta, pode-se dizer que o cerne das diferenças entre as teses de Francisco Weffort e Octávio Ianni está na concepção de organização do populismo. Para o primeiro autor, o populismo é singular, ideologicamente delimitado pela manipulação das massas, pela pouca representatividade que têm dentro do jogo político e por sua diluição na noção de povo. Já para o segundo autor, o populismo contém matizes capazes de se modificarem e, inclusive, romperem com a unidade aparente dada pela noção de povo, notadamente em períodos de acirramento político e de exigências radicalizadas das massas.

3.2. O populismo em perspectiva histórica

Gomes (2005) compreende que o processo histórico de formação da classe trabalhadora está estritamente ligado à vida política do país e as tradições culturais de vida e de luta dos trabalhadores brasileiros. Assim, ao discutir a trajetória da incorporação da classe trabalhadora ao cenário político da sociedade brasileira, a autora divide o processo de formação da classe trabalhadora como ator político em dois períodos. O primeiro diz respeito à Primeira República, avançando até a promulgação da Constituição de 1934. Neste período, a direção do processo esteve nas mãos dos trabalhadores e a “palavra operária”, como salienta a autora, buscava uma identidade de classe, tendo como referência a estrutura ocupacional, articulando experiências e valores comuns como base de sustentação para sua ação política. Essa foi a característica essencial dos esforços dos trabalhadores nesse primeiro momento: a “lógica da solidariedade”, ou seja, uma lógica de construção e mobilização de identidade como base para a ação política da classe.

No segundo período do processo histórico de formação da classe trabalhadora como ator político a “palavra” não estava mais com os trabalhadores, mas passou à mão do Estado, ou seja, era a “palavra do Estado”. Como em toda a América Latina, no caso do Brasil também o acesso dos setores populares à cidadania deu-se com clara intervenção estatal e não passou pelo amplo exercício da participação política segundo o modelo clássico da liberal-democracia. O que Gomes (2005) procurou demonstrar é que essa intervenção no Brasil passou por alguns pontos essenciais, como a invenção do trabalhismo e a montagem do sindicalismo corporativista, complementadas pela criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Contudo, como a autora mesmo salientou, não se pode olhar a concretização desse processo somente pelo lado da intervenção, mas também pelas condições de vida e luta dos trabalhadores brasileiros nas décadas anteriores, pois o sucesso do discurso trabalhista e da organização de interesses corporativistas nos sindicatos esteve baseado na ressignificação de todo um elenco de demandas e de toda uma tradição cultural e política centrada no valor do trabalho e da dignidade do trabalhador formadas em momentos anteriores à intervenção do Estado.

Nesse contexto, o Estado tornou-se mediador dos interesses corporativamente organizados em sindicatos e politicamente representados em partidos e sua ação ocorreu dentro de uma “lógica de reciprocidade”. Segundo Gomes (2005, p. 301), “o processo histórico pelo qual o Estado ampliou seus poderes, intervindo na sociedade através da figura política do Executivo, foi o mesmo pelo qual a classe trabalhadora ganhou o status de ator político relevante”. Esse processo concretizou-se num pacto social que trocava os benefícios da legislação social por obediência política, uma vez que só os trabalhadores legalmente sindicalizados podiam ter acesso aos direitos do trabalho. Um dos pontos da tese de Gomes (2005) é mostrar a lógica material embutida nesse processo, tanto pelo lado do Estado do pós-1930, que, por meio de sua política social do trabalho, passa a ser caracterizado como um produtor de benefícios materiais, como pelo lado da classe trabalhadora, que, ao realizar um cálculo de custos e benefícios, utiliza uma lógica predominantemente material e individual.

Porém, essa lógica material, por si só, não assegurou que a classe trabalhadora deixasse de resistir politicamente, muito embora aceitassem e reconhecessem a aplicação dos benefícios produzidos pelo Estado. Segundo Gomes (2005), apenas a partir de 1940 a lógica material passou a produzir significativos resultados na construção de um pacto social efetivo, pois se combinou com a lógica simbólica do discurso trabalhista. Este, ao ressignificar a “palavra operária” construída ao longo da Primeira República, apresentou os benefícios sociais como um ato de generosidade que deveria envolver reciprocidade, e não como uma conquista ou uma reparação. O pacto a que se refere Gomes (2005) não faz referência à submissão ou à obediência política pura e simples, mas sim à necessidade de retribuição, dentro do esquema de reciprocidade¹⁵. Nas palavras da autora, “não havia, nesse sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto” (GOMES, 2005, p. 180).

¹⁵ Ao questionar sobre que ideologia dá sentido a esta união entre as lógicas material e simbólica, integrando-as no discurso trabalhista sob um pacto que envolvia reciprocidade, a autora faz menção a “ideologia da outorga”. Esse termo foi desenvolvido inicialmente por Luis Werneck Vianna (VIANA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 31) para denominar interpretações que estabeleciam uma supressão da memória das classes trabalhadoras, atribuindo-lhes um caráter de impotência e incapacidade de reivindicar seus direitos elementares. Mesmo antes de demandar, a classe trabalhadora foi atendida por uma autoridade benevolente, cuja imagem era de um Estado paternal.

Os dias entre o 24 de outubro de 1930 e a chegada de Vargas ao Rio de Janeiro para a posse do Governo Provisório, aos 3 de novembro, foram marcados por forte repressão ao movimento operário, inclusive com o fechamento de muitos sindicatos. Contudo, a posse de Vargas vem trazendo os indícios do que seria a política do governo com relação à classe trabalhadora nos próximos anos. Ainda em novembro de 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no entanto, segundo Gomes (2005) o que realmente definiria os contornos dessa política seria o Decreto nº 19.770, de março de 1931, que estabeleceu novas normas de sindicalização.

O decreto trouxe os sindicatos para a órbita do Estado, definindo-os como órgãos consultivos e de colaboração com o Poder Executivo, além de aplicar o princípio da unidade. Ao mesmo tempo em que tornava a sindicalização facultativa, restringia os benefícios dos direitos sociais apenas aos sindicalizados, o que, na prática, significava certa pressão pela sindicalização. Também vedou aos sindicatos a propaganda político-ideológica ou religiosa. Esse modelo de organização sindical causou descontentamentos e mobilizações desde o meio empresarial e operário, até entre elementos da própria elite governante, passando pela Igreja, Católica, principalmente, que se sentiu prejudicada pela proibição de qualquer vinculação religiosa dos sindicatos. Os elementos da elite do governo que se posicionavam criticamente ao Decreto 19.770, faziam-no ou por temerem um fortalecimento excessivo do poder do Governo Provisório, ou por desejarem um maior controle sobre o novo Ministério, o do Trabalho, Indústria e Comércio.

Foi a partir de 1932, com Salgado Filho na nova pasta, que o Estado, então, passou a assumir de forma incontestável o papel de conciliador de interesses entre “empregados” e “empregadores”, fazendo-os participar da dinâmica do Ministério. De abril de 1932 a julho de 1934 tratou-se de um período-chave, pois foi nesse período que foram promulgadas quase todas as leis que passaram a regular as relações de trabalho no Brasil, seja em termos de condições de trabalho, como horários, férias, trabalho feminino e de menores, seja em termos das compensações sociais devidas àqueles que participavam da produção, como extensão dos benefícios de aposentadorias e pensões, ou mesmo em termos dos mecanismos institucionais para o enfrentamento dos conflitos de trabalho, como as Comissões e Juntas de Conciliação e as Convenções Coletivas de Trabalho (GOMES, 2005).

Atentando-se para a relação entre o Ministério e a classe trabalhadora, pode-se observar, segundo Gomes (2005), que o período que vai de 1931 a 1933 é de disputa física e ideológica pela liderança do movimento operário organizado, que se caracterizava pela existência concomitante de um sindicalismo oficial e outro independente. A atuação do Ministério, através dos seus fiscais, foi no sentido de, por um lado, mostrar ao empregador, ou “convencê-lo”, dos benefícios da aplicação das leis, e, por outro, mostrar aos trabalhadores que o governo queria lhes dar pleno apoio, desde que dentro das normas estabelecidas pela lei de sindicalização. A estratégia utilizada pelos fiscais do Ministério era de “criar” uma nova liderança, ao mesmo tempo capaz de entrar em confronto com elementos de esquerda que dominavam muitas das associações e contar com crédito junto aos trabalhadores, sem esquecer da sua simpatia à orientação oficial. Desta forma foram criados muitos sindicatos novos e diversas associações passaram a contar com novas lideranças, além da figura do “auxiliar fiscal”, representante dos próprios trabalhadores.

No ano de 1933, esse cenário de disputas e rivalidades toma outro rumo. A instituição das carteiras de trabalho dá ao governo um instrumento capaz de exercer controle eficaz sobre a massa trabalhadora, pois só poderiam recorrer aos órgãos da Justiça existentes aqueles que fossem sindicalizados. Esse fato foi decisivo à participação das lideranças de esquerda, principalmente dos comunistas e trotsquistas, nos sindicatos oficiais a partir de então. Porém, é preciso lembrar, como salienta Gomes (2005), que este enquadramento sindical de 1933-34 não é o mesmo que uma adesão ao modelo de sindicalismo corporativista proposto pelo Estado, tanto do ponto de vista do empresariado, quanto das classes trabalhadoras. Nas palavras da autora,

Neste agitado período, o sindicalismo oficial passou a abrigar tendências políticas diversas e insubmissas ao Ministério do Trabalho. O destino da organização sindical e das relações da classe trabalhadora com o Estado não estava definido, uma vez que o enquadramento não traduzia uma postura de derrota e subordinação das correntes independentes do movimento operário (GOMES, 2005, p. 168).

As diferenças afloraram nas discussões que surgiram na Assembléia Constituinte de 1934. Os quatro deputados classistas da bancada dos empregados que dela participaram, intitulados “minoría proletária”, bateram de frente com a linha ministerialista e com a linha tenentista, separando-se do restante daquela bancada.

Defendiam o direito a greve e o modelo de unicidade e autonomia sindicais como modo de garantir a liberdade política dos sindicalizados e o princípio da não-intervenção governamental na vida interna das associações.

A promulgação da nova Constituição em julho de 1934 trouxe, em seu artigo 120, a pluralidade e a autonomia sindicais. Contudo, na prática, o aparelho repressivo do Estado tornou muito difícil suas concretizações. Se por um lado a política do novo Ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, era literalmente “fazer política”, e para isso usou de métodos duvidosos, como a criação dos “sindicatos de carimbo”, que não tinham existência real, mas possuíam delegados-eleitores e escolhiam deputados classistas por ocasião das eleições para a Câmara Federal e para as Assembléias Constituintes Estaduais em outubro de 1934, por outro, também era de “apertar parafusos”, no sentido de intervenção nos sindicatos, principalmente aqueles que reivindicavam e organizavam greves. Nessa época, intervenção significava invasão policial e destruição das sedes dos sindicatos, além de espancamentos e prisões.

Nesse contexto, as articulações do Partido Comunista (PC) tomavam mais força no sentido de formar uma linha de frente popular, promovendo campanhas contra a guerra e buscando a unificação daquela parte do movimento sindical que ainda se encontrava sob orientação de lideranças de esquerda. A criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em março de 1935, e seus choques com a Ação Integralista Brasileira (AIB), cuja criação data de outubro de 1932, puseram em evidência a ameaça comunista. Dessa forma, uma seqüência de fatos, iniciando com a Lei de Segurança Nacional, em abril de 1935, o fechamento da ANL, em julho, e a liquidação do levante conhecido como Intentona Comunista, em novembro, tornaram a repressão implacável e a manutenção de qualquer tipo de resistência impossível.

Assim, em 1935, inaugurou-se um novo quadro na vida política brasileira, notadamente, na dinâmica das relações entre o Estado e classe trabalhadora. Com Agamenon Magalhães na pasta do Trabalho, não mais houve possibilidade de competição entre propostas concorrentes, pois se tornou inviável qualquer ação independente surgida no interior da classe trabalhadora. A questão social, que nos anos 1920 foi tratada como questão de polícia, apontando os anarquistas como o inimigo, agora passava a ser tratada como uma questão de segurança nacional, voltando seus olhos para outro inimigo: os comunistas. Isso evidencia, segundo Gomes (2005), que o

projeto político posto em prática tinha por objetivo claro criar e solucionar um problema de segurança nacional, com o fim de dar encaminhamento ao golpe de Estado de 1937. Segundo Fonseca (1999a), pode-se notar nos discursos de Vargas uma sobreposição da sociedade ao indivíduo a partir de então, ou seja, acabaram-se os tempos dos direitos individuais, pois os indivíduos não possuíam direitos, mas deveres; os direitos pertenciam à coletividade. Com isso, o Estado não reconhecia a luta de classes, pois as leis trabalhistas eram de harmonia social.

Dentro do contexto do Estado Novo, o ano de 1942 é um marco cronológico para a análise deste período, desde a conjuntura internacional, de articulações em torno dos países envolvidos na Grande Guerra Mundial, até as alterações na alta cúpula da administração federal. A política até então adotada pelo governo brasileiro de manter-se equidistante dos principais países envolvidos na Segunda Guerra foi redefinida e, de certa forma, abandonada. As negociações que definiriam e consagrariam o alinhamento Brasil - Estados Unidos foram balizadas pela barganha de ambas as partes. De um lado, os Estados Unidos estavam interessados no Nordeste brasileiro para instalação de bases militares estratégicas, e, de outro, o Brasil na obtenção de recursos materiais para execução do projeto siderúrgico de Volta Redonda, bem como reequipar o Exército.

A definição da questão externa, contudo, não equacionou o clima político interno. A mudança de Ministro na pasta do Trabalho, Indústria e Comércio, em dezembro de 1941, com a escolha de Alexandre Marcondes Filho – bem-sucedido advogado paulista especializado em direito comercial, especialmente falências, com grande penetração no setor empresarial, notadamente o de São Paulo, justificando o bom relacionamento que se estabeleceu entre o governo e os empresários entre 1943 e 1945 - marcava nova época. Conforme Gomes (2005), pode-se detectar três grandes frentes de política do Ministério sob as ordens de Marcondes Filho, sendo de destacar que todas são voltadas para o campo da organização do trabalho. Em primeiro lugar, uma forte atuação na área de propaganda e divulgação que envolvia a própria figura do ministro. Em segundo, um conjunto de medidas destinadas especificamente à questão da sindicalização. Em terceiro, a montagem de uma estratégia política de articulação entre as duas primeiras, com base na organização sindical corporativista e na ideologia do discurso ministerial.

Em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – ordena e condensa toda legislação social até aquele ano. Segundo Fonseca (1999a), este é considerado um marco pelo o presidente Vargas e seus auxiliares, principalmente o ministro Marcondes Filho. Ainda segundo este autor, deve-se destacar nos primeiros anos do Estado Novo a relação que se estabelece entre ordem e legislação trabalhista, já que no entender de Vargas, ordem e trabalho andavam juntos, ou seja, era atendendo aos anseios da classe trabalhadora que o governo eliminava qualquer fonte de discórdia.

A legislação trabalhista vem para atender a necessidade de regulamentar o mercado de trabalho em prol da industrialização e a necessidade de legitimação do governo e de seu regime político, trazendo para seu lado a massa de trabalhadores e afastando, com isso, o fantasma do comunismo. Esses dois aspectos, quais sejam, a regulamentação do mercado de trabalho e a legitimação do governo, atendidos pela legislação trabalhista, somados à ênfase da ideologia nacionalista dada à educação formal, principalmente a partir de 1937, garantiam a ordem social, tão valorizada por Vargas em seus discursos como pré-requisito para o progresso (FONSECA, 1999a).

As medidas do Ministério do Trabalho tinham como fim dar continuidade à política de relações entre Estado e classe trabalhadora até então levada a cabo, almejando mesmo o estreitamento de laços entre o Estado e o movimento operário via representação sindical. Contudo, esta ligação mais forte apresentava dimensões paradoxais, pois, se de um lado, buscava-se um maior controle do movimento por parte do Ministério, de outro, necessitava-se que este movimento fosse significativamente representativo no meio operário. Assim, o interesse de alcance da política ministerial era para além do simples controle, mas almejava adesão e mobilização e o risco a que se estava correndo era imprevisível, pois o equilíbrio entre a manutenção do controle e a transformação do movimento sindical em um interlocutor político era difícil de ser encontrado.

Segundo Gomes (2005), foi através da forte propaganda política que o governo, por meio do Ministro do Trabalho Marcondes Filho, alcançou sucesso em sua forma de manter comunicação e cooptar a classe trabalhadora e o povo em geral nos anos entre 1942 e 1945. O novo ministro falou todas as quintas-feiras na Rádio Nacional, de janeiro de 1942 a julho de 1945, durante dez minutos, no programa “Hora do Brasil”, em seu quadro “Falando aos Trabalhadores Brasileiros”. As falas do ministro

concentravam-se em divulgar as medidas do governo em matéria de legislação social e, em última instância, serviram a três fins basicamente, quais sejam, a construção da figura de Vargas como estadista benevolente e firme, o elogio da outorga das leis sociais, como forma de enaltecer o governo e seu chefe como parceiros dos trabalhadores, e a valorização da posição ocupada pelos trabalhadores brasileiros na mobilização em torno da Segunda Guerra.

Gomes (2005) salienta que a figura de mito em torno de Getúlio Vargas foi construída em um espaço de tempo relativamente curto e que coincide com os anos do Estado Novo. De 1938 a 1944, o Departamento de Imprensa e Propaganda encabeçou uma das mais bem-sucedidas campanhas de propaganda política de Estado do Brasil, onde Vargas era o personagem central. Nesse sentido, as palestras do ministro Marcondes Filho muito contribuíram, notadamente para a construção de uma das facetas mais importantes da época: a de Vargas, “pai dos pobres” e líder das massas trabalhadoras.

Assim, Vargas era visto como o sujeito da ação – o grande idealizador, articulador e executor – e essa caracterização estava diretamente ligada ao processo pelo qual se deu o estabelecimento do direito social no Brasil. Em um de seus pronunciamentos, o ministro Marcondes Filho distinguiu dois caminhos pelos quais se poderiam dar a concretização do direito social: ou provinham de reivindicações populares, pressionando o Estado no sentido de fazer valer melhorias para as classes trabalhadoras, ou provinham da sabedoria do Estado e da antecipação das leis em benefício do povo (GOMES, 2005). No Brasil coube ao Estado antecipar-se e elaborar a legislação, ou seja, o trabalhador obteve por outorga do poder público, sem lutas, os benefícios sociais. Isso implicou que o sindicato no Brasil foi consequência e não causa do processo que estabeleceu os direitos trabalhistas. Assim, cabia ao Estado organizar o sindicato e ao sindicato cabia promover o espírito agremiativo entre os trabalhadores.

A valorização do trabalhador servia ao esforço que o país fazia na “batalha da produção” para a Segunda Guerra. Os discursos ministeriais tratavam de realçar a contribuição do trabalhador nacional em oposição ao estrangeiro, inclusive pelo anúncio da lei que obrigava as empresas a terem em seus quadros funcionais dois terços de empregados brasileiros. Ao mesmo tempo, os discursos davam destaque ao valor do trabalho manual, no sentido de que o trabalho era pressuposto da honestidade e da

honra, o que neutralizava o estigma da pobreza e dava ao trabalhador um status de cidadão digno dentro do novo Estado nacional (GOMES, 2005).

Aliados aos discursos estavam as festividades destacadas nesta época: o aniversário do Presidente, o Dia do Trabalho e o aniversário do Estado Novo. O aniversário do presidente, aos 19 de abril, era comemorado por muitas festividades, apesar de o próprio Vargas normalmente ausentar-se do Rio de Janeiro nesta data. As homenagens recebidas fortaleciam ainda mais o próximo 1º de maio, onde o Presidente tinha a oportunidade de agradecê-las e destacar sua relação com os trabalhadores. O primeiro Dia do Trabalho comemorado no Estado Novo foi no ano de 1938, quando o presidente Vargas “presenteou” os trabalhadores com a regulamentação da lei do salário mínimo. A partir desse ano, todas as comemorações do Dia do Trabalho vinham acompanhadas de um “presente” do presidente na área da política social aos trabalhadores e eram realizadas para um grande público sempre com a presença do presidente. O primeiro aniversário do Estado Novo foi comemorado com uma grande cerimônia pública para a inauguração do novo e imponente edifício do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e foi nesta ocasião que Vargas usou pela primeira vez o vocativo “Trabalhadores do Brasil” que se transformara em seu bordão ao encarnar o papel de líder das massas, além de inspirar o nome do programa de rádio do Ministério do Trabalho.

A conjuntura política, entretanto, era delicada. Os empresários industriais, em particular do ramo têxtil, pressionavam o governo pelo afrouxamento de algumas leis sociais. Em agosto de 1942, o governo decretou a restauração da jornada de trabalho de dez horas. Em outubro do mesmo ano, por decreto o governo suspendeu o direito de férias em todas as indústrias consideradas essenciais à segurança nacional. Em dezembro, outro decreto impedia a mobilidade do trabalho nas chamadas “indústrias de guerra”, o que transformava seus empregados em “desertores” em caso de falta e desistência do emprego. Todas essas medidas foram tomadas pelo governo tendo como pano de fundo o cenário da Guerra Mundial e sua mobilização. Nesse contexto, os trabalhadores viram-se num momento político especial, pois, de um lado, eram forçados a trabalhar sem vigência de vários direitos trabalhistas anteriormente garantidos e agora suspensos, e, de outro, eram conclamados a assumir um papel central na “batalha da produção” desencadeada justamente pelo homem cujo maior título era o de ter

outorgado esses direitos sociais, dando, assim, a idéia de que a própria coisa dada é a dimensão da obrigação contraída, dentro de uma “ideologia de reciprocidade”.

Para Fonseca (1999a), a hegemonia burguesa firmou-se num processo onde consolidação da dominação burguesa e implantação da legislação trabalhista apresentavam, ao mesmo tempo, contradição e unidade, pois, ao fazerem parte do mesmo processo, sua coexistência deu a este certa especificidade, a qual conheceu conflitos, enfrentamentos e barganhas políticas. Na medida em que a consolidação da dominação burguesa deu-se sob uma ideologia industrializante, a acumulação de capital era essencial e esse objetivo parecia contrastar com as leis sociais. A cooptação do empresariado brasileiro pelo governo foi alcançada de forma gradual por meio do estado corporativista ao longo da década 1930, que permitiu ao empresariado “sua inclusão direta dentro do aparelho estatal em escala sem precedentes” (FONSECA, 1999a, p. 297). Contribuiu com isso o contexto internacional de guerra e a ameaça comunista, notadamente após 1935, enfatizando a necessidade de controle da sociedade, o que era alcançado pelo mesmo estado corporativista através, principalmente, da legislação trabalhista e do controle direto dos sindicatos pelo Estado.

Assim, se de um lado eram atendidas as aspirações das classes trabalhadoras por leis sociais, por outro, o governo garantiu às classes dominantes a acumulação de capital necessária para seguir em frente com um projeto de industrialização que acolhia tanto os interesses do governo quanto daquelas classes. Segundo Fonseca (1999a), a lei do salário mínimo ilustra bem o ponto de vista defendido pelo presidente Vargas, pois ao atender uma reivindicação dos trabalhadores, mostrando benevolência e preocupação com suas condições de vida, o chefe de Estado assegurava mercado consumidor à indústria nacional. Isso estava inserido em um contexto que vinha se configurando ao longo dos primeiros anos da década de 1930 e “Por volta de 1934, (...) apareciam os primeiros sinais do populismo, espécie de política pela qual Vargas procurava administrar os conflitos de classes aparentando atender diretamente aos anseios da classe trabalhadora, e, com isso, buscando dentro dela parte de sua sustentação política” (FONSECA, 1999a, p. 292).

O salário mínimo, assim como toda a legislação trabalhista na época, estava voltado a organizar o mercado de trabalho e garantir a acumulação de capital. Essa acumulação pôde ser assegurada, segundo Fonseca (1999a), porque a implantação da lei

do salário mínimo causou não a elevação do preço da força de trabalho, mas acabou por nivelar os salários por baixo. Outra forma pela qual a acumulação pôde ser assegurada, segundo o autor, foi pelo incremento do número de trabalhadores, dada a proposta desenvolvimentista. Para o autor, a hipótese de que a intenção do governo tenha sido de ampliar o mercado consumidor ao estabelecer a legislação social não é verdadeira. A argumentação é no sentido de que houve queda do salário mínimo real entre 1940 e 1952, apesar dos aumentos de produtividade. Além disso, Fonseca (1999a) argumenta que não há evidência de “estreiteza de demanda” para a indústria nacional nessa fase de substituição de importação, dado o estrangulamento externo e os altos custos com transportes, que atuavam como barreiras protecionistas.

Assim, Fonseca (1999a, p. 323-324) caracteriza o “Estado brasileiro entre 1930 e 1945 como um Estado burguês: por suas propostas, por sua configuração material, por suas diretrizes, por suas leis, por suas medidas de política econômica”. Ao fazê-lo, o intuito do autor foi de enfatizar o sentido de aprofundamento da Revolução Burguesa e de consolidação do poder burguês, não perdendo de vista que a crise do “Estado Oligárquico” não representou transferência imediata de hegemonia da burguesia agrária à industrial, embora esta última tenha encontrado espaço para ampliar sua influência nas instâncias superiores de poder, garantindo o atendimento de seus interesses.

Ao final do primeiro governo Vargas verifica-se um cenário político, social e econômico completamente diferente da República Velha. Com o surgimento dos grandes partidos políticos ao final do Estado Novo – PSD, UDN e PTB – não mais vigorava a política dos grupos estaduais de poder. A política passara a ser centralizada no poder central, com destaque ao Poder Executivo, o presidente, que passou a ser o grande idealizador e executor de políticas que conciliavam interesses da burguesia industrial e dos trabalhadores. Essas duas classes sociais aumentaram consideravelmente seu peso político no período entre 1930 e 1945, como resultado da crescente urbanização decorrente do processo de industrialização.

3.3. O populismo sob a ótica macroeconômica

A tese de Dornbusch & Edwards (1990) é de que a macroeconomia dos países que passam pela experiência populista segue o mesmo padrão. O Populismo Macroeconômico, como os autores chamam, “*is an approach to economics that emphasizes growth and income distribution and deemphasizes the risks of inflation and deficit finance, external constraints and the reaction of economic agents to aggressive non-market policies*” (DORNBUSCH & EDWARDS, 1990, p. 247).

Kaufman & Stallings (1991), assim como Dornbusch & Edwards (1990), salientam que o populismo foi muito mais freqüente na América Latina que nos outros continentes. Os autores sugerem que o populismo estaria enraizado nas batalhas políticas ocorridas desde o início do século XX. A origem destes confrontos estava em duas condições estruturais, cuja origem remonta ao final do século XIX, quando se formaram as oligarquias exportadoras: alta concentração da renda e da riqueza; houve, assim, uma divisão setorial antagônica, de um lado a indústria e o setor de serviços, de outro o setor exportador de produtos primários.

Several antagonisms became particularly pronounced after the 1930's, when the shocks of the Depression encouraged an acceleration of the import-substitution industrialization (ISI) processes begun earlier in the century, and paved the way for the formation of influential new development doctrines – widely associated with the UN Economic Commission for Latin America – which emphasized inward-oriented strategies of development. At the same time, the capacity of most export oligarchies to block significant land reforms meant that, in contrast to countries such as Korea and Taiwan, the political weight of urban popular groups was not typically counterbalanced by the presence of a large class of independent farmers or small export-oriented manufacturing firms (KAUFMAN & STALLINGS, 1991, p.19)

Assim, em geral, a desigualdade está relacionada com as pressões por políticas populistas, vindas, sobretudo, das camadas trabalhadoras urbanas. Kaufman & Stallings (1991) apontam, que, no entanto, essa explicação seria insuficiente. A existência de uma classe detentora de renda elevada associada ao poder político, impedia a taxaço sobre si própria. Por outro lado, ao se iniciar a substituição de importações, os beneficiados por estas políticas passam a dar suporte a elas. A condição inicial para o surgimento de políticas populistas é a insatisfação com o crescimento econômico. Geralmente elas são procedidas por tentativas de estabilização, que reduzem o padrão de vida da população, mas, em contrapartida, criam condições orçamentárias propícias para políticas expansionistas. Dentre as medidas adotadas, podemos destacar a existência de déficits

orçamentários, visando estimular a demanda doméstica, aumentos nos salários nominais, visando redistribuir a renda e controle da taxa de câmbio, valorizada, a fim de permitir redução do custo de vida. Este conjunto de medidas, não necessariamente ocorre concomitantemente em todos os casos, bem como as políticas adotadas não se resumem somente àquelas listadas.

Para Dornbusch & Edwards (1990), a experiência populista envolve quatro fases. Na primeira há crescimento do produto e do salário real e o emprego é alto. Nessa fase, a inflação não é um problema e a escassez de alguns produtos é suprida por importações. Na segunda fase o crescimento começa a frear, pois se de um lado a forte expansão da demanda por bens domésticos encontra limites no baixo nível de estoques, de outro, há escassez de divisas. Nessa fase a inflação cresce significativamente e o déficit no orçamento aumenta devido ao subsídio aos salários e ao câmbio. Na terceira, há grande escassez de produtos, extrema aceleração da inflação e falta de moeda estrangeira devido à fuga de capitais e a desmonetização da economia, ao mesmo tempo em que o déficit no orçamento agrava-se. Assim, o governo tenta, ainda nessa fase, estabilizar cortando subsídios e realizando uma depreciação real no câmbio, provocando queda no salário e instabilidade política. Na quarta e última fase a estabilização ortodoxa tem lugar num novo governo.

A crítica a esse padrão populista é feita por Fonseca & Monteiro (2003). Os autores mostram que a política econômica dos governos considerados pela literatura como populistas tem certa regularidade, apresentando algumas fases. Ao analisar os governos Vargas, de 1951 a 1954, e Goulart, de 1961 a 1964, Fonseca & Monteiro (2003) apontam três fases para a política econômica desses governos. A primeira seria de uma política econômica ortodoxa, com ênfase no combate à inflação e propostas de políticas austeras de equilíbrio das contas públicas, embora destacando, ao menos no plano retórico, o desenvolvimento econômico como objetivo. Nessa fase, a estratégia do governo é de convencer os agentes privados de que o desenvolvimento econômico seria alcançado com austeridade. À medida que não obtêm sucesso no combate à inflação, vai perdendo credibilidade e passando a adotar políticas do tipo *stop and go*, com medidas restritivas seguidas de medidas expansionistas e vice-versa. Essa fase de randomização, que alterna políticas pró e contra estabilidade quase de forma simultânea, contribui para abalar ainda mais a credibilidade dos governos, aprofundando a crise política e econômica. Os autores salientam que uma das interpretações possíveis para a adoção de

políticas oscilatórias por parte do governo pode ser a não disposição a abandonar, frente às primeiras pressões, a proposta inicial de austeridade e estabilização. Por outro lado, também demonstra a vulnerabilidade do governo às pressões, sinalizando aos agentes econômicos incapacidade em contorná-las e demonstrando fraqueza na condução da política econômica. Assim, o ambiente é propício ao agravamento da inflação, tornando necessária uma terceira fase, onde a busca pela estabilidade dá lugar ao crescimento, como forma de tentar ampliar sua base de sustentação e sua legitimidade.

Dessa forma, Fonseca & Monteiro (2003) discordam de Dornbusch & Edwards (1990) no tratamento e na ênfase dados à política econômica pelos governos populistas. O estudo desses últimos autores procura mostrar que o governo populista começa com uma política voltada ao crescimento a distribuição de renda e que a inflação vai se tornando um problema nas fases seguintes, até o ponto em que o governo é substituído por outro que adota uma política de estabilização ortodoxa. Já Fonseca & Monteiro (2003) vêem uma lógica diferente na política econômica desses governos. Na fase inicial é adotada uma política austera, que busca convencer os agentes econômicos de que o governo dá ênfase no combate à inflação. Nas fases seguintes, e com a perda de credibilidade, o governo abandona esta política, adotando uma política desenvolvimentista voltada ao crescimento econômico e não mais à estabilidade.

Fonseca & Monteiro (2003) destacam que há uma lógica e uma coerência nas políticas econômicas implementadas pelos governos populistas. Além disso, os autores mostram que a ortodoxia não faz parte apenas dos discursos populistas, mas está presente notadamente na primeira fase de governo, o que, nas palavras dos autores, “impede que se entenda o fenômeno populista simplesmente como a opção pelo crescimento, desprezando por completo a estabilidade” (p. 18). Contudo, os autores destacam que a transição entre a opção pela estabilidade e a opção pelo crescimento não se deu de forma abrupta, pois a retórica desenvolvimentista está presente nas três fases e a opção por ela se dá na última, assumindo um tom bastante crítico, com apelos nacionalistas.

Assim, a ótica macroeconômica apresenta uma análise limitada na medida em que enfatiza apenas variáveis de resultado. Não leva em conta a ideologia desenvolvimentista, muito forte no período, ou mesmo o trabalhismo, tão decisivo na cooptação da classe trabalhadora.

4 APLICAÇÃO: TEORIA DOS JOGOS

O segundo capítulo apresentou o conceito de populismo a partir da categoria classe social. O resultado é que o populismo seria uma forma de inserir a classe trabalhadora no processo de expansão e consolidação do capitalismo no Brasil, atenuando o conflito entre capital e trabalho, de modo que a acumulação de capital fosse garantida e o modo de produção capitalista pudesse avançar. Destaca-se que esse resultado pode ser compreendido, considerando-se uma perspectiva metodológica diferente, como o resultado de equilíbrio em um jogo entre capitalistas e trabalhadores.

O objetivo deste capítulo é apresentar o equilíbrio de um jogo entre capitalistas e trabalhadores onde o governo intervém como mediador dos conflitos entre essas classes sociais, ditando as regras e definindo, em última instância, o próprio equilíbrio. A hipótese, conforme definida na introdução deste trabalho, é de que o populismo apresentou-se como uma solução de equilíbrio no contexto histórico das décadas de 1930 e 1940.

Neste trabalho utiliza-se o termo jogo estratégico definido em Dixit & Skeath (1999) como sendo aqueles em que as interações se dão entre jogadores mutuamente conscientes¹⁶ e as decisões tomadas por cada um desses jogadores como sendo as ações que podem escolher sem se preocupar com a reação ou resposta do outro. Assim, um jogo deve ter dois ou mais jogadores, onde cada um deles responde às ações dos outros.

O jogo aqui definido é simultâneo¹⁷ e estático. Na definição do jogo é necessário especificar os jogadores, as estratégias disponíveis e o *payoff* recebido por cada jogador para cada combinação de estratégias. Estratégias são as opções disponíveis aos jogadores. Em um jogo estático, ou seja, não repetido, a estratégia de um jogador é sua

¹⁶ O conceito de mutuamente consciente diz respeito a cada jogador ter consciência de que suas decisões afetam as decisões dos outros jogadores, e vice-versa, levando isso em conta nas suas decisões e sabendo que isso influencia a decisão do outro (DIXIT & SKEATH, 1999).

¹⁷ A distinção entre jogos sequenciais e simultâneos é importante porque os dois tipos de jogos requerem diferentes tipos de pensamento estratégico. No primeiro, o jogador deve pensar antes de agir levando em conta a reação do seu oponente, enquanto no segundo, a tarefa é tentar “adivinhar” a jogada do oponente ao mesmo tempo em que ele está jogando, considerando apenas as informações disponíveis (DIXIT & SKEATH, 1999).

própria ação no jogo, o movimento do jogador no jogo. Os *payoffs* associados a cada estratégia são os resultados associados a estas estratégias e são ordenados de forma que se possa atribuir valor numa escala crescente ou decrescente conforme o interesse dos jogadores e a finalidade do jogo.

Em jogos de movimentos simultâneos, procura-se um equilíbrio em que cada ação do jogador é a melhor resposta às ações dos outros jogadores. Este conceito de equilíbrio é conhecido por equilíbrio de Nash. Nash descreveu o equilíbrio de um jogo “geral” não-cooperativo como uma configuração de estratégias, uma para cada jogador, de forma que a estratégia de cada jogador é a melhor para si, dado que todos os outros jogadores estão jogando suas estratégias de equilíbrio, ou seja, suas melhores estratégias. No equilíbrio de Nash, cada jogador deve se satisfazer com a estratégia escolhida, dado o que os outros jogadores escolheram; isto é, nenhum jogador deveria querer voltar atrás e mudar sua estratégia uma vez que percebe o que o outro jogador fez. Se o jogador quiser mudar sua estratégia, então ele não deveria ter começado por escolhê-la como sua estratégia de equilíbrio.

As estratégias do equilíbrio de Nash podem tanto ser de jogos de movimentos simultâneos puros como mistos. Estratégias puras especificam cursos de ações dos jogadores de forma não aleatória, isto é, o movimento a ser feito em cada momento é especificado sem qualquer incerteza. Estratégias mistas especificam que um movimento será escolhido de forma aleatória dentro de um grupo de estratégias puras, com probabilidades específicas. O foco deste trabalho é em estratégias puras de equilíbrio de Nash.

Um jogo é determinado pelas escolhas ou movimentos disponíveis aos jogadores, pela ordem em que eles fazem esses movimentos e pelos *payoffs* que resultam de todas as combinações lógicas possíveis de todas as escolhas dos jogadores. Assim, a menos que as regras do jogo sejam fixadas por uma autoridade externa, cada jogador possui o incentivo de manipular estas regras de forma a produzir um resultado que é o mais vantajoso para si. Os mecanismos para manipular um jogo nesta forma são chamados de movimentos estratégicos. Um movimento estratégico pode mudar regras do jogo original de forma a criar um novo jogo, o que se convencionou chamar de Estágio 2 do jogo. O segundo estágio é o jogo original, frequentemente com algumas

alterações da ordem de movimentos e de *payoffs*, sendo as ações do segundo estágio especificadas no primeiro.

Em jogos com dois estágios, como é o caso do jogo que será apresentado neste trabalho, pode haver ações de movimentos estratégicos diferentes no primeiro estágio e isso altera o resultado no segundo estágio. Esses movimentos podem ser de três tipos: compromissos, ameaças ou promessas. O objetivo desses movimentos é alterar o resultado do segundo estágio com vantagem para um dos jogadores. De forma sucinta, a diferença entre compromissos e ameaças e promessas é que os compromissos são incondicionais, ou seja, o jogador assume um compromisso frente ao seu oponente sem exigir uma condição, enquanto ameaças e promessas supõem condição, pois quando o jogador ameaça seu oponente, ele coloca uma condição que se não for cumprida gerará um ônus ao seu oponente – e é importante destacar aqui que o jogador que ameaça também sofre um ônus por “punir” seu oponente, assim, a ameaça ou a promessa é uma forma de fazer os dois jogadores chegar a resultados melhores.

4.1. Especificação do jogo

O contexto que se viu entre os anos 1930 e 1945 foi de conflitos e alinhamentos entre governo e os demais setores da sociedade. Os interesses das velhas oligarquias cafeeiras deixaram de ser o centro das atenções da política do governo central, embora não abandonadas, pois impulsionadoras, do ponto de vista econômico, de um projeto de Nação que estava em curso naquele contexto: o de uma Nação industrializada e desenvolvida. Ao mesmo tempo, a Revolução de 1930 colocou na cena da política central outros setores da sociedade: as oligarquias regionais não ligadas ao café e ao setor exportador, os empresários industriais e os trabalhadores.

O Estado que tem lugar entre 1930 e 1945 é um Estado mediador, que centraliza o poder e as decisões de forma a conciliar interesses em prol do bem maior da Nação: o desenvolvimento. Assim, o estado pós-30 passou a incluir os vários setores da sociedade na estrutura de poder como forma de legitimação, no que Francisco Weffort

chamou de Estado de Compromisso. Cabe destacar a relação entre o governo e a classe trabalhadora como fonte de legitimação daquele e destacando-se o chefe da Nação, o presidente Vargas, como “Pai dos Pobres”. Ganha força, nesse contexto, a ideologia da outorga, desenvolvida por Luiz Werneck Viana na década de 1970 e citada por vários autores, entre eles Fonseca (1999a) e Gomes (2005).

A classe trabalhadora, ao tornar-se uma fonte de pressão urbana crescente, precisava ser incluída de alguma forma no processo de expansão do capitalismo. Conforme, Weffort (1978) esta inclusão deu-se de forma que a classe trabalhadora era como um “parceiro fantasma”, pois, apesar de reivindicar e pressionar o governo, segundo o autor, este movimento reivindicatório e de tensionamento significava reconhecer e participar do grande compromisso social em que se apoiava o governo. Assim, as classes trabalhadoras não participavam dos grandes embates, assim como não eram capazes de concretizar uma pauta de reivindicações, precisando do governo.

Por outro lado, o governo aproximou-se cada vez mais das classes trabalhadoras como forma de legitimação. Desde o início do governo provisório, nos primeiros anos da década de 1930, e mesmo na campanha da Aliança Liberal, a aproximação com as classes populares sempre se justificava, em última instância, em parte pela falta de apoio de outros setores da sociedade, em parte pela crescente pressão dos setores urbanos. A crise de legitimidade do grupo dirigente liderado por Vargas, dado o contexto de ditaduras entre 1930 e 1934, e 1937 e 1945, trouxe a necessidade de estreitar laços com novos setores e classes sociais, notadamente com a burguesia industrial emergente, com os setores médios urbanos e com os trabalhadores, notadamente ao final do Estado Novo (FONSECA, 1999a).

A outorga, nesse contexto, desenvolveu papel fundamental. Foi através da legislação trabalhista que o governo pôde cooptar os trabalhadores. A maneira como essa legislação foi sendo “doada” ao povo, foi criando uma espécie de “obrigação”, dentro do que Gomes (2005) chamou com muita propriedade de “ideologia de reciprocidade”. Para Gomes (2005) a forma de inclusão dos trabalhadores foi o trabalhismo, notadamente após 1937 com o Estado Novo, sendo o ano de 1942 marco na análise da autora, pois foi a partir deste ano que, ao mesmo tempo em que a propaganda político-ideológica tomou grande força nacional entre a população em geral

e entre os trabalhadores em particular, o governo passou a retirar vários direitos trabalhistas cedendo às pressões dos empresários industriais.

A burguesia industrial emergente, por seu turno, se por um lado exercia pressão sobre o governo, por outro tinha seus interesses não só atendidos como defendidos pelo governo. Não cabe aqui discutir se o governo pós-1930 foi ou não expressão dessa fração de classe; o importante é o sentido e o alcance das políticas do governo. Fonseca (2003a) argumenta que há intenção do governo na industrialização do país na medida em que ele não somente se empenha em criar novas instituições, mas também em alterar as já existentes para dar suporte a indústria de transformação que ganha espaço devido à conjuntura interna e externa, expandindo suas produções não somente em bens de consumo, como em bem intermediários e de capital. Através das suas políticas, o governo estabeleceu nova relação com o empresário industrial; este último, segundo (FONSECA, 1999a), teve sua inclusão no aparelho estatal “em escala sem precedente”.

O governo, ao colocar a política “a trabalho” do desenvolvimento, numa ideologia desenvolvimentista, buscando a industrialização, acabou por executar políticas intencionalmente pró-industrializantes (FONSECA, 2003a). Ao regular o mercado de trabalho, definindo leis trabalhistas, o governo estava assegurando a acumulação do capital. O salário mínimo foi estabelecido num nível que garantia apenas a subsistência do trabalhador, não incorporando, segundo Fonseca (1999a), os ganhos de produtividade, apresentando queda em termos reais entre 1940 e 1952, o que colaborou para a acumulação de capital no período.

Assim, o conflito entre capital e trabalho, no contexto histórico descrito acima, estava colocado. Os empresários industriais – os capitalistas – procuravam garantir a acumulação do capital e os trabalhadores buscavam aumentar seu bem-estar com melhores condições de trabalho. Esse conflito de interesses pode ser representado num jogo simultâneo e estático entre capitalistas e trabalhadores. Os jogadores, suas estratégias e *payoffs* estão apresentados na FIGURA 1 e são modelados a partir do que é apresentado pela literatura como o conflito capital-trabalho e seus resultados, ou seja, não se propõe aqui uma análise empírica que permita a comprovação desse conflito e de seus efeitos. Nesse sentido, os *payoffs* serão estabelecidos a partir de uma hierarquia que possibilite a ordenação dos resultados e a determinação do equilíbrio.

Cada jogador, capitalistas e trabalhadores, tem seu conjunto de estratégias. Assume-se que as estratégias dos capitalistas são “explorar” e “não-explorar”. Elas representam o grau de exploração do capital em relação ao trabalho; assim, as duas estratégias consistem em uma classificação, ou seja, a estratégia “explorar” significa um grau de exploração maior do que representa a estratégia “não-explorar”. Assume-se que ao escolher “explorar” o capitalista obtém um lucro maior. Por outro lado, assume-se que as estratégias dos trabalhadores são “cooperar” e “resistir”. A estratégia “resistir” diz respeito ao comportamento reivindicatório dos trabalhadores no sentido de lutar por direitos sociais e trabalhistas, sintetizando suas demandas, criando suas pautas e fazendo pressão por sua execução. Já a estratégia “cooperar” está ligada ao comportamento de aceitação por parte dos trabalhadores das condições impostas pelos capitalistas para garantir a acumulação de capital.

Com relação aos *payoffs*, para os capitalistas assume-se que Π é o lucro quando eles jogam “não-explorar” e os trabalhadores jogam “resistir”. Assume-se que esse é o menor lucro possível, dado o conjunto de estratégias. Quando os capitalistas jogam “não-explorar” e os trabalhadores jogam “cooperar”, o lucro Π é multiplicado por um parâmetro a , onde $a > 1$; O *payoff* obtido nesse caso, $a\Pi$, é maior que do que Π , na medida em que a não-resistência dos trabalhadores propicia maior lucro para os capitalistas. Adotando a estratégia “explorar”, assume-se que os capitalistas têm um ganho extra g em seu lucro, sendo $g > 0$. Assim, quando eles jogam “explorar” e os trabalhadores jogam “resistir”, eles têm um *payoff* $\Pi + g$; quando eles jogam “explorar” e os trabalhadores jogam “cooperar”, o *payoff* passa a ser $a\Pi + g$. Dessa forma, a hierarquia de *payoffs* para os capitalistas é dada por $a\Pi + g > a\Pi > \Pi + g > \Pi$.

Para os trabalhadores, assume-se que u é seu nível de bem-estar quando eles jogam “cooperar” e os capitalistas jogam “explorar”, o que corresponde ao menor nível de bem-estar. Quando os trabalhadores jogam “cooperar” e os capitalistas jogam “não-explorar”, assume-se que seu bem-estar u é multiplicado por um parâmetro b , onde $b > 1$, resultando num *payoff* bu maior que u . Qualquer que seja a escolha dos capitalistas, assume-se que optando pela estratégia “resistir” os trabalhadores têm um ganho adicional h , onde $h > 0$, aumentando seu bem-estar. Assim, quando eles jogam “resistir” e os capitalistas jogam “explorar”, eles têm um ganho de bem-estar representado pelo *payoff* $u + h$; quando eles jogam “resistir” e os capitalistas jogam “não-explorar”, então os trabalhadores têm um *payoff* $bu + h$. Com isso, a hierarquia de *payoffs* para os

trabalhadores é dada por $bu+h > bu > u+h > u$. Assim, o jogo é representado na forma normal conforme FIGURA 1.

		CAPITALISTAS	
		Não-explorar	Explorar
TRABALHADORES	Cooperar	$bu, a\Pi$	$u, a\Pi+g$
	Resistir	$bu+h, \Pi$	$u+h, \Pi+g$

Equilíbrio de Nash →

FIGURA 1 - Matriz de *payoffs* do jogo sem populismo

Ao observar as condições de equilíbrio do jogo, pode-se notar que ambos os jogadores têm estratégias dominantes em estratégias puras. Para os capitalistas a estratégia dominante é “explorar”, pois seus *payoffs* são acrescidos de g quando escolhem essa estratégia comparada à estratégia “não-explorar”, não importando o que os trabalhadores escolham. Para os trabalhadores a estratégia dominante é “resistir”, pois seu bem-estar tem um ganho h quando escolhem esta estratégia comparada à estratégia “cooperar”, não importando o que os capitalistas escolham. Assim, o equilíbrio de Nash em estratégia puras do jogo é obtido com os capitalistas escolhendo “explorar” e os trabalhadores escolhendo “resistir”, conforme destacado na figura 1. Nesse equilíbrio, os trabalhadores têm um ganho de bem-estar maior por resistir e os capitalistas têm um lucro extra g por explorar, ou seja, o equilíbrio de Nash se dá em $[u+h, \Pi+g]$, os respectivos *payoffs* dos trabalhadores e dos capitalistas.

Este equilíbrio é obtido sem intervenção do governo, ou seja, sem uma política populista. Conforme Fonseca (1999a), depois de 1930 as relações entre capital e trabalho passaram a ser tratadas como “questão de Estado”, abandonando a proposta liberal que predominava na República Velha, passando o Estado a regulamentar esta relação através das leis trabalhistas. A intervenção do Estado, como mediador do conflito entre capital e trabalho, muda o equilíbrio do jogo. A política do governo nos

anos 1930 e início dos 1940, período aqui analisado, foi no sentido de adotar medidas que garantissem o a industrialização. Segundo (FONSECA, 2003a), o governo, ao adotar tais medidas que garantiam a industrialização, fazia-o de forma intencional. Ao garantir um processo de industrialização, o governo garantia a acumulação de capital, o que se ajustava com o interesse dos capitalistas. A própria legislação trabalhista veio no mesmo sentido de garantir a produtividade do capital.

Vargas imaginava com a lei do salário mínimo impedir que as exigências operárias chegassem a nível incompatível com o estágio de desenvolvimento econômico do país, lembrando tratar-se de um mínimo estabelecido com critério ‘moderado e eqüitativo’. A preocupação revelada em aumentar o nível de vida da população pendia, inclusive, mais para o lado de aumentar a produtividade que propriamente a razões de justiça social – embora esta também fosse mencionada (FONSECA, 1999a, p. 312).

A política populista, ao outorgar leis trabalhistas, funcionava como um instrumento de cooptação dos trabalhadores. O movimento operário foi desmantelado pelo governo, em parte porque os trabalhadores tiveram suas reivindicações atendidas pelas leis trabalhistas, em parte porque a repressão ao comunismo e aos agentes contra a Nação e seu projeto de desenvolvimento acirrou-se depois de 1935 e, notadamente, após o golpe de 1937 (FONSECA, 1999a; GOMES, 2005). Assim, se por um lado os trabalhadores eram convencidos a “cooperar” pelo forte apelo do governo por trabalho e disciplina e porque as leis trabalhistas assumiam caráter assistencial e paternalista, por outro, eram compelidos a tal estratégia pelo próprio atrelamento dos sindicatos e associações ao Estado; atrelamento este que definia os limites de cidadania (GOMES, 2005).

Embora para Ianni (1975) a estratégia “resistir” seja uma opção real mesmo dentro do contexto do populismo, o que se nota é que com o populismo o governo tira essa opção dos trabalhadores na medida em que outorga leis trabalhistas, atrela os sindicatos e associações ao governo e coloca os trabalhadores em situação de “obrigação”, uma vez que o Estado benevolente lhes concedeu direitos nunca antes alcançados. Nesse contexto, tem-se um segundo estágio do jogo, onde ele adquire novo formato. A estratégia “resistir” passa a não ser mais possível para os trabalhadores, pois

o governo, ao intervir, como mediador, no conflito entre capital e trabalho, retira dos trabalhadores esta ação através da política populista.

Assim, as condições de equilíbrio do jogo são alteradas: dado que para os trabalhadores só há uma estratégia disponível, “cooperar”, então os trabalhadores jogam “cooperar” e os capitalistas continuam jogando sua estratégia dominante, “explorar”. O equilíbrio de Nash do jogo no segundo estágio é obtido com os trabalhadores jogando “cooperar” e os capitalistas jogando “explorar”, conforme FIGURA 2. Nesse equilíbrio, os trabalhadores têm um ganho de bem-estar u e os capitalistas têm um lucro $a\Pi+g$. Com populismo, o resultado para os capitalistas é melhor, pois conseguem um *payoff* maior ($a\Pi+g > \Pi+g$), e para os trabalhadores é pior, pois seu *payoff* é menor ($u+h > u$).

		CAPITALISTAS	
		Não-explorar	Explorar
TRABALHADORES	Cooperar	$bu, a\Pi$	$u, a\Pi+g$

Equilíbrio de Nash →

FIGURA 2 - Matriz de *payoffs* do jogo com populismo

Destaca-se aqui que o processo pelo qual o Estado ampliou seus poderes, trazendo para o seu lado a classe trabalhadora ao beneficiá-la com as leis trabalhistas, buscando nela a base de legitimação do governo e de seu regime político, foi o mesmo pelo qual a classe trabalhadora ganhou o status de ator político. Como destaca Gomes (2005), no Brasil os setores populares tiveram acesso à cidadania por um processo com clara intervenção estatal e esse processo pôde concretizar-se num pacto social que trocava os benefícios da legislação social por obediência política. Essa idéia de reciprocidade de Gomes (2005), ligada à idéia de “parceiro fantasma” de Weffort (1978) e à idéia de que ordem e trabalho/legislação trabalhista andavam juntos, defendida por Vargas e destacada por Fonseca (1999a), dão o tom das repercussões da política populista para os trabalhadores.

É importante destacar que, segundo Gomes (2005), existia uma lógica material nesse processo, tanto pelo lado do governo, que passa a ser produtor de benefícios materiais aos trabalhadores, por meio da legislação trabalhista, quanto pelo da classe trabalhadora, que utiliza uma lógica material e individual ao realizar cálculos de custo benefício. O trabalhador, ao decidir estar amparado pela legislação trabalhista e dela obter benefícios, parecia ter consciência das vantagens que isso significava. Contudo, para Gomes (2005), o que assegurou que a classe trabalhadora deixasse de resistir politicamente foi a combinação dessa lógica material com uma lógica simbólica. Essa lógica simbólica era sustentada pelo discurso trabalhista.

Assim, sem luta de classes e com um Estado centralizador, mediador e conciliador foi possível no Brasil ampliar os direitos sociais dos trabalhadores e garantir a acumulação de capital. O populismo representou a inclusão da classe trabalhadora ao processo de expansão e consolidação do capitalismo no Brasil de forma que atendesse ao interesse do Estado de levar adiante um projeto de industrialização. Ambos, inclusão da classe trabalhadora por meio da legislação trabalhista e crescimento da indústria dentro de um projeto de industrialização, serviam, em última instância, para legitimar o governo e o regime, notadamente após 1937.

5 CONCLUSÃO

Os anos do primeiro governo Vargas são marcados por mudanças sócio-econômicas e pela postura do governo frente essas mudanças. A primeira delas foi a própria forma pela qual o governo chega ao poder: a Revolução de 1930. O objetivo nesta questão foi discutir que classes ou setores de classes estavam representados pelo governo pós-revolução e percebeu-se que a reestruturação do poder pela qual se deu a consolidação da dominação burguesa foi um processo, ao mesmo tempo, modernizador, na medida em que incluiu novos setores da sociedade, e conservador, pois manteve muitos dos quadros tradicionais da República Velha.

A análise da industrialização e do processo de expansão e consolidação do capitalismo deixa clara a imposição histórica de inclusão de novos setores, notadamente das massas populares, nesse processo. A forma específica desta inclusão foi o que se convencionou chamar de populismo. O conceito vem sendo criticado e reformulado, contudo o fenômeno ao qual se refere diz respeito a uma forma de fazer política que foi predominante durante todo período analisado neste trabalho, assumindo-se como sua característica principal. Complementarmente, o trabalhismo e sua forte propaganda política fizeram do governo e do presidente Vargas o mais popular de todos os tempos.

A literatura sobre o populismo vai da sua definição em termos de colocar a classe trabalhadora como massa de manobra do governo até sua definição como um pacto, onde a classe trabalhadora pode aparecer como um “parceiro fantasma” ou mesmo onde ela responde a uma lógica de reciprocidade, sem necessariamente haver submissão ou obediência política pura e simples. Contudo, o populismo apresentou-se como uma solução de equilíbrio ao conflito colocado à época entre a classe trabalhadora e a burguesia industrial, dada a industrialização e a urbanização crescentes.

Assim, a hipótese de trabalho de que o populismo apresentou-se como uma solução de equilíbrio para o impasse colocado entre a classe trabalhadora e a burguesia industrial nos anos entre 1930 e 1945 pôde ser verificada a luz da literatura, onde foi possível construir um jogo entre capitalistas e trabalhadores, numa primeira tentativa de

formalização. Verificou-se que o populismo corresponde a um equilíbrio de Nash de um jogo estático com movimento estratégico.

Ficam duas sugestões para trabalhos futuros: utilizar análise empírica para testar o conflito entre capital e trabalho, utilizando variáveis como acumulação de capital, queda do salário real e aumento da produtividade industrial; e introduzir dinâmica no jogo, utilizando jogos repetidos.

REFERÊNCIAS

- DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo. São Paulo: Difel, 1971.
- DIXIT, Avinash; SKEATH, Susan. Games of Strategy. Nova York: W. W. Norton & Company Inc., 1999. 600 p.
- DORNBUSCH, Rudiger; EDWARDS, Sebastian. Macroeconomic populism. Journal of Development Economics, 32, North-Holland, 1990. p. 247-277.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. revista. São Paulo: Globo, 2001. 913 p.
- FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em perspectiva. 5. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974. p 227-255.
- _____. A Revolução de 1930: historiografia e história. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. 413 p.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999a. 482 p.
- _____. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 23, n. 1(89), jan./mar.2003a, p. 133-148.
- _____. O processo de substituição de importações. In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2003b, p. 248-282.
- _____; MONTEIRO, Sérgio Marley Modesto. Credibilidade e populismo no Brasil: a política econômica dos Governos Vargas e Goulart. Jornadas de História Econômica, Montevideo, Uruguay, 3.: 2003. 22 p. [recurso eletrônico]
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Nacional, 1971.
- GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. A invenção do trabalhismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 320 p.
- IANNI, Octávio. A formação do Estado Populista na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930-70. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

KAUFMAN, Robert; STALLINGS, Barbara. The political economy of Latin American Populism. In: DORNBUSCH, Rudiger; EDWARDS, Sebastian (org.). The Macroeconomics of populism in Latin America. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p. 15-43.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PELÁEZ, Carlos Manuel. História da industrialização brasileira: crítica à teoria estruturalista no Brasil. Rio de Janeiro: APEC, 1972. 241 p.

SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SUZIGAN, Wilson. Industrialização brasileira: origens e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. 11^a ed.. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERSIANI, Maria Teresa R.O.. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; BARROS, José Roberto Mendonça de. Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização. São Paulo: Saraiva, 1978. p. 121-142.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 181 p.